



Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Daniela Patrícia Rodrigues Dinis

Relatório de Sustentabilidade

O Caso da Universo Mineral Natural, S.A.

ISCAC | 2020

Daniela Patrícia Rodrigues Dinis

Relatório de Sustentabilidade - O Caso da Universo Mineral Natural, S.A.



Coimbra, julho de 2020



Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Daniela Patrícia Rodrigues Dinis

Relatório de Sustentabilidade

O Caso da Universo Mineral Natural, S.A.

Trabalho de projeto submetido ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Fiscalidade Empresarial, realizada sob a orientação da Professora Doutora Maria de Fátima Travassos Conde.

Coimbra, julho de 2020

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser a autora deste projeto, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau acadêmico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação do presente projeto.

PENSAMENTO

*“Progress is impossible without change,
and those who cannot change their minds
cannot change anything”.*

George Bernard Shaw

DEDICATÓRIA E AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento do presente projeto foi sem dúvida um desafio individual ao qual me propus, contudo não seria possível a sua realização sem o apoio e contributo de diversas pessoas, que ao longo deste percurso me apoiaram.

Expresso um sincero agradecimento ao meu noivo, Renato, que sempre me apoiou e incentivou para que eu terminasse este projeto.

Em segundo lugar quero agradecer à Professora Doutora Fátima Conde, pela sua disponibilidade, apoio e incentivo para que eu chegasse a bom porto.

À empresa que vou estudar, pois sem o seu apoio nada disto se poderia realizar.

Agradeço ao Engenheiro Diogo Faria pela sua paciência e precisão.

Finalmente, agradeço aos meus pais José e Lúcia, pela força, preocupação, coragem, acompanhamento e apoio, que sempre me deram, ao longo deste percurso.

A todos,

O meu muito obrigada.

RESUMO

O presente projeto inicia com o conceito de sustentabilidade e da sua relevância. Este conceito é atualmente influenciado pelos novos desafios e estratégias de comportamento, com vista a assegurar um melhor desempenho e resposta das empresas aos seus *stakeholders*.

No seguimento desta preocupação por parte das organizações surge a necessidade de uma maior transparência da sua gestão para os mercados. Uma das formas de divulgação é a abordada neste trabalho, a elaboração e a publicação de relatórios de sustentabilidade. Assim, a realização de Relatórios de Sustentabilidade devia ser uma prioridade nas empresas, pois é desta forma que adquirem os conhecimentos fundamentais para dirigir uma empresa mais “Amiga do Ambiente” melhorando o desempenho da mesma ao nível das três dimensões do desenvolvimento sustentável: ambiente, sociedade e economia.

A proposta do primeiro Relatório de Sustentabilidade seguindo as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), surge com o intuito de incentivar a empresa de Construção Civil de nome fictício: “Universo Mineral Natural, S.A.” a divulgar as suas práticas sustentáveis e mostrar um melhoramento contínuo.

Apesar de se assumir como um dos sectores económicos mais importantes na Europa, a Indústria da Construção Civil continua, a utilizar métodos de construção tradicionais e mão-de-obra não qualificada, caracterizando-se pelo consumo excessivo de matérias-primas, de recursos energéticos não renováveis e pela excessiva produção de resíduos.

Assim, esperamos que, em tempos futuros, os responsáveis deste setor desenvolvam as suas práticas sustentáveis podendo assim, contribuir para a diminuição das alterações climáticas que se vivem atualmente.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Relatórios de Sustentabilidade, *GRI*, Construção Sustentável.

ABSTRACT

This project starts with the concept of sustainability and its relevance. This concept is currently influenced by new challenges and behavioral strategies, in order to ensure a better performance and response of companies to their *stakeholders*.

Following this concern on the part of organisations, there is a need for greater transparency of their management for the markets. One of the forms of dissemination is the approach in this work, the preparation and publication of sustainability reports. Thus, the realization of Sustainability Reports should be a priority in companies, because this is how they acquire the fundamental knowledge to run a company more "Environmentally friendly" improving its performance in the three dimensions of sustainable development: environment, society and economy.

The proposal of the first Sustainability Report following the guidelines of Global Reporting Initiative (GRI), arises with the intention of encouraging the Construction company of fictitious name: "Universo Mineral Natural, S.A." to disseminate its sustainable practices and show continuous improvement.

Despite assuming itself as one of the most important economic sectors in Europe, the Construction Industry continues to use traditional construction methods and unskilled labor, characterized by the excessive consumption of raw materials, energy resources renewable resources and excessive waste production.

Thus, we hope that, in future times, those in charge of this sector will develop their sustainable practices, thus being able to contribute to the reduction of climate change that is currently being experienced.

Keywords: Sustainability, Sustainability Reports, *GRI*, Sustainable Construction.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO

PARTE I

A IMPORTÂNCIA DA SUSTENTABILIDADE

1. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	3
1.1. Enquadramento Histórico	3
1.2. Os três pilares do Desenvolvimento Sustentável	9
1.3. A Responsabilidade Social Empresarial	11
1.4. A Sustentabilidade em Portugal.....	16
1.4.1. Algumas Empresas Portuguesas Mais Sustentáveis	19
1.4.2. Outras Iniciativas Sustentáveis	20
2. RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE.....	23
2.1. A sua importância	23
2.2. A Global Reporting Initiative (GRI).....	28
3. CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL	33
3.1. Conceito	33
3.2. Práticas de Construção Civil Sustentáveis em Portugal	36

PARTE II

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE - UNIVERSO MINERAL NATURAL, S.A.

0.1 - ÂMBITO DO RELATÓRIO	45
0.1.0 Perfil do relatório	45
0.2.0 - Contexto Macroeconómico	46
0.2.1.1 - No Mundo.....	46
0.2.1.2 - Na União Europeia (UE)	46
0.2.1.3 - Em Portugal	47
1.0 – APRESENTAÇÃO DO GRUPO UNIVERSO MINERAL NATURAL	48
1.0.1 - Breve Sinopse Histórica	48

1.0.2 - Marcos Históricos Recentes	50
1.0.3 - Áreas de Negócio	50
1.0.4 - Desempenho económico.....	52
1.1 – ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE	54
1.1.1 - A Nossa Filosofia	54
1.1.2 - Gestão e perceção da sustentabilidade	55
1.1.3 – Metas de Sustentabilidade	58
1.1.4 - Desafios de uma economia circular.....	63
1.2 – AMBIENTE.....	63
1.2.1 – O Nosso Compromisso	63
1.2.2 – Alterações Climáticas	64
1.2.3 - Biodiversidade	65
1.3 – RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	68
1.3.1 – Higiene, Saúde e Segurança.....	68
1.3.2 - Desenvolvimento pessoal	71
1.3.3 – Diversidade e Inclusão	72
1.3.4 - Iniciativas de sensibilização ambiental	74
1.3.5 - Iniciativas de envolvimento com a comunidade local.....	74
1.3.6 - Prémios	75
1.3.7 - Parcerias	76

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APÊNDICE

Tabela GRI

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Objetivos do Desenvolvimento do Milénio.....	5
Tabela 2 - Objetivos e metas definidas prioritárias para a Humanidade e para o planeta	7
Tabela 3 - Definição dos três pilares do desenvolvimento sustentável	11
Tabela 4 - Responsabilidade Social – Dimensão Interna	14
Tabela 5 - Responsabilidade Social – Dimensão Externa	15
Tabela 6 - Metas Globais Transversais.....	17
Tabela 7 - Instituições com atividade relacionada com a Responsabilidade Social Empresarial	17
Tabela 8 - Categorias dos Eixos de Participação	21
Tabela 9 - Organizações portuguesas distinguidas pelas suas práticas em responsabilidade social e sustentabilidade.....	22
Tabela 10 - Benefícios Internos de apresentar relatórios de sustentabilidade	25
Tabela 11 - Benefícios Externos de apresentar relatórios de sustentabilidade	25
Tabela 12 - Princípios para a definição do conteúdo do relatório	26
Tabela 13 - Princípios para a definição da qualidade do relatório.....	27
Tabela 14 - Os sete princípios para a Construção Sustentável	34
Tabela 15 - Novo paradigma de construção sustentável.....	35

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 - Organização temática da participação dos vários pontos.....	7
Figura 2 - Organização temática da participação dos vários pontos.....	8
Figura 3 - Os três pilares do desenvolvimento sustentável.....	10
Figura 4 - Pirâmide de Carroll, tipos de SER	13
Figura 5 - Percorso histórico da GRI	30

Figura 6 - Categorias das Normas GRI.....	31
Figura 7 - Mudança no paradigma do processo tradicional de construção para a construção sustentável.	35
Figura 8 - Diagrama da construção sustentável	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Adoção mundial dos Relatórios da GRI.....	32
Gráfico 2 - Relatórios publicados em Portugal, de acordo com os padrões GRI	32

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS

APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial

BCE - Banco Central Europeu

CNUDS - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

CO₂ – Dióxido de Carbono

CSR - Corporate Social Responsibility

DJSI - Dow Jones Sustainability Index

ENDS - Estratégia Nacional e Desenvolvimento Sustentável

EUA – Estados Unidos da América

GRI - *Global Reporting Initiative*

IIRC - *Sistema Integrado do Internacional Reporting Committee*

INE - Instituto Nacional de Estatística

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM - Objetivos do Desenvolvimento do Milénio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG - Organizações Não-Governamentais

ONU - Organizações das Nações Unidas

PCS - Portal de Arquitetura e Construção Sustentável

PIB – Produto Interno Bruto

PIENDS - Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

RSE - Responsabilidade Social Empresarial

S.A. – Sociedade Anónima

TBL - *Triple Bottom Line*

UC - Universidade de Coimbra

UE – União Europeia

UNGC - *The United Nations Global Compact*

WCED - *United Nations World Commission on Environment and Development*

INTRODUÇÃO

O presente projeto enquadra-se no âmbito do mestrado em Contabilidade e Fiscalidade Empresarial, e tem como objetivo propor um primeiro relatório de sustentabilidade à empresa de Construção Civil de nome fictício: Universo Mineral Natural, S.A.

Para a proposta de realização do relatório de sustentabilidade referente ao ano de 2018 da empresa de construção civil em estudo “Universo Mineral Natural, S.A.” vamos seguir as diretrizes da GRI.

A sustentabilidade é um tema que temos de ter cada vez mais presente. Este tema ganha ênfase em 1987 quando foi publicado o Relatório Brundtland ou documento “*Our common future*” elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas (ONU), chefiado pela Gro Harlem Brundtland. Na sua essência, este documento propõe que o desenvolvimento sustentável satisfaça as necessidades presentes, sem comprometer, a capacidade das gerações futuras suprirem as suas próprias necessidades.

O conceito de desenvolvimento sustentável leva a que o sucesso das empresas dependa de uma gestão, através da diferenciação e criação de valor, para atingir um maior grau de transparência e responsabilidade social. É fundamental existir equilíbrio entre os três grandes pilares: sustentabilidade económica (eficiência), sustentabilidade social (equidade) e sustentabilidade ambiental (conservação), para assim garantir a maximização da utilização dos recursos.

Neste contexto, a publicação e verificação dos Relatórios de Sustentabilidade é recente nas organizações, mas tem sido crescente. O objetivo dos relatórios de sustentabilidade, consiste em medir, divulgar e prestar contas às partes interessadas, tanto internas, (como por exemplo os colaboradores) como externas, (como por exemplo os investidores) do desempenho da organização numa ótica de sustentabilidade cujo foco principal consiste em apresentar os impactos económicos, ambientais e sociais de uma entidade, descrevendo de forma verdadeira e sensata, tanto os aspetos positivos como os negativos do desempenho que a organização teve ao longo do ano.

A principal razão de as entidades começarem a elaborar relatórios de sustentabilidade, está relacionada com a mudança da mentalidade dos consumidores, pois estes começaram a dar não só importância aos produtos fabricados mas também à maneira

como esses produtos são confeccionados: se o são de uma forma responsável e sustentável, garantido a preservação do ambiente e respeitando os direitos humanos.

A empresa apresentada é uma empresa familiar, muito enraizada nos seus costumes, ideias e rotinas, portanto, ainda muito centrada no lucro. A realização por parte da empresa de um relatório de sustentabilidade iria ajudar a melhorar a comunicação e entreajuda entre colegas, mas, o mais importante, iria contribuir para corrigir o que está errado e incentivar a utilização de métodos, mais ecológicos como por exemplo, reaproveitar os resíduos. As entidades, de forma geral, têm de perceber que para existir uma boa qualidade de vida, e para existir um futuro para as próximas gerações, não podemos destruir aos poucos o meio ambiente, e temos de incutir aos descendentes novas práticas ambientais, mas para isso tem de se saber dar o exemplo. Temos de começar a pensar mais no dia de amanhã e não só no presente.

Este trabalho divide-se em duas partes.

Na primeira parte apresentamos uma contextualização histórica sobre a Sustentabilidade Empresarial, abordando os três pilares de sustentabilidade. Continuamos com a exposição da Responsabilidade Social Empresarial, analisando as suas dimensões. De seguida, abordamos a Sustentabilidade em Portugal dando exemplos de algumas empresas mais sustentáveis em Portugal. Avançamos com a importância da realização pelas empresas de relatórios de sustentabilidade realçando a diretriz utilizada na segunda parte. Conclui-se a primeira parte falando de construção sustentável, apresentando exemplos de empresas que já se adaptaram em Portugal.

Na segunda parte, apresentamos uma proposta de um relatório de sustentabilidade adaptado à empresa onde a mestranda trabalha. Iniciamos com um contexto macroeconómico, apresentação da empresa e das suas atividades.

Por último, apresentam-se as conclusões e sugestões para relatórios futuros.

Ao realizar este relatório esperamos contribuir para incentivar o Grupo Universo Mineral Natural, S.A. a divulgar periodicamente as suas práticas, tornando-as cada vez mais sustentáveis.

1. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1.1. Enquadramento Histórico

A sustentabilidade empresarial está a tornar-se um “requisito obrigatório” que as organizações devem adotar para a sua continuidade e sobrevivência. Introduzir o conceito de desenvolvimento sustentável nas organizações está a ser um desafio para as entidades patronais. Este desafio proporciona às empresas criar novas oportunidades e controlar os riscos para a continuidade do negócio, tendo presente a harmonização de três dimensões: ambiental, social e económica.

A primeira publicação com referência ao conceito de sustentabilidade empresarial é abordada segundo a perspectiva de responsabilidade social em 1953, associando-se à publicação do livro «*social responsibilities of the businessman*» de Howard R. Bowen, onde esta é definida como o conjunto de políticas que os líderes seguem em prol do alcance dos objetivos e valores da sociedade (Rodrigues & Duarte, 2012).

O conceito de desenvolvimento sustentável começou por ser estritamente económico, definindo a “capacidade da economia (...) de gerar e manter um aumento anual do seu produto interno bruto” (Todaro & Smith, 2003, p.15). No entanto, este conceito começou a ser posto em causa quando se verificou que ao crescimento económico não correspondia uma melhoria generalizada das condições de vida, significando que algo estava errado (Todaro & Smith, 2003).

Mais tarde, o conceito de desenvolvimento sustentável adquire maior ênfase com a publicação do Relatório *Brundtland* pela Comissão Mundial do Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, em 1987, o qual definiu desenvolvimento sustentável como “o progresso que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (*United Nations World Commission on Environment and Development* [WCED], 1987, p. 27). Neste Relatório, as Organizações das Nações Unidas pretendem explicar a importância do desenvolvimento sustentável e a necessidade que as empresas têm em definirem estratégias futuras prevendo em simultâneo, o seu crescimento económico, e o seu desenvolvimento humano.

O desenvolvimento sustentável está relacionado com o impacto positivo ou negativo das ações da sociedade, a nível ambiental, como também a nível social e económico (Rogers, Jalal, & Boyd, 2008).

Assim, o desenvolvimento sustentável deve ser visto numa perspetiva de longo prazo, ao se preocupar não só com o panorama atual da sociedade, mas também com o futuro; no que diz respeito às dimensões desde o âmbito ambiental, económico até ao social (Revista Anual BCSD Portugal, 2006).

Os anos seguintes ficam marcados pela implementação e desenvolvimento deste conceito em eventos como a Cimeira de Estocolmo realizada em 1972, e com a realização em 1992 da Cimeira do Rio ou Cimeira da Terra. Neste evento, reuniram-se representantes de cento e setenta e oito países do mundo para decidir que medidas tomariam para conseguir diminuir a degradação ambiental e garantir a existência de novas gerações. A intenção, neste encontro, era introduzir a ideia do desenvolvimento sustentável, num modelo de crescimento económico menos consumista e mais adequado ao equilíbrio ecológico. O principal documento produzido na RIO-92, foi a “Agenda 21”, sendo um programa de ação que viabiliza o novo padrão de desenvolvimento ambientalmente racional. Ela concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência económica.

O tema continua em destaque, mais propriamente a 8 setembro de 2000, durante a Cimeira do Milénio, onde cerca de 189 Estados Membros das Nações Unidas se comprometeram a atingir em comum um conjunto de objetivos específicos a serem atingidos até 2015, conforme tabela 1. Os “Objetivos de Desenvolvimento do Milénio” (ODM) visaram contrariar a tendência para a degradação das condições de vida e do ambiente a nível global, integrando definitivamente as três dimensões da sustentabilidade.

Tabela 1 - Objetivos do Desenvolvimento do Milênio

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome	Reduzir para metade a percentagem da população que sofre de fome;
2. Alcançar o ensino primário universal	Garantir que todos os rapazes e raparigas terminem o ciclo completo do ensino primário;
3. Promover a igualdade de género e a autonomização da mulher	Eliminar as desigualdades de género no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis, até 2015;
4. Reduzir a mortalidade de crianças	Reduzir em dois terços a taxa de mortalidade de menores de cinco anos;
5. Melhorar a saúde materna	Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna;
6. Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças	Deter e começar a reduzir a propagação do VIH/SIDA;
7. Garantir a sustentabilidade ambiental	Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais; inverter a atual tendência para a perda de recursos ambientais;
8. Criar uma parceria global para o desenvolvimento	Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e aplicar estratégias que proporcionem aos jovens um trabalho digno e produtivo.

Fonte: Adaptado Annan, G. K. (2001)

Segundo as Nações Unidas (2015), os ODM vieram trazer novas realidades acerca das temáticas da pobreza, da fome extrema, da equidade de género e da proteção do ambiente, onde o “progresso” e o “desenvolvimento” foram as principais palavras-chave.

Em 2002, foi realizada a Convenção Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), em Joanesburgo, com o intuito de avaliar o estado do ambiente e reafirmar os compromissos discutidos na “Agenda 21”, propondo a maior integração e cooperação das três dimensões do desenvolvimento sustentável: o desenvolvimento económico, o desenvolvimento social e a proteção ambiental através de programas e políticas de cooperação internacional centrados em novas questões sociais, formas de educação, preservação de recursos naturais e participação no planeamento de uma economia sustentável.

Em 2012, ocorre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS) ou Rio+20, também realizada na cidade brasileira do Rio de Janeiro, que teve como principal objetivo discutir a renovação do compromisso político que continha medidas para a implementação do desenvolvimento sustentável.

A 25 de setembro de 2015, por ocasião da Cimeira da ONU para o Desenvolvimento Sustentável em Nova Iorque, foi aprovada a Agenda 2030.

A definição da Agenda 2030 resultou de um longo trabalho de negociação, de participação e de pesquisa dos estados membros, a qual teve como base a Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável que se realizou no Rio de Janeiro, em 2012 (Cetic, 2017).

Esta agenda constitui a resolução da ONU, para os próximos 15 anos, intitulada de “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável” e comporta um conjunto de 17 objetivos – os denominados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – e 169 metas correspondentes (UNRIC, 2016).

A agenda é resultado do trabalho consequente dos ODM e pretende constituir o novo movimento para a Humanidade, tratando-se de um pacto social amplo para erradicar a pobreza, promover o bem-estar e a prosperidade de todos, proteger o meio ambiente e combater as alterações climáticas (UNRIC, 2016).

A Agenda 2030 prevê a integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas políticas, processos e ações a cargo dos planos nacionais, regionais e globais de cada país e apela à integração e harmonização das dimensões do desenvolvimento sustentável: ambiente, economia e sociedade, à escala global através dos objetivos e das metas definidas, os quais assentam nas seguintes (tabela 2) áreas prioritárias fundamentais para a Humanidade e para o planeta.

Tabela 2 - Objetivos e metas definidas prioritárias para a Humanidade e para o planeta

1. Pessoas	Erradicar a pobreza e a fome, bem como combater a desigualdade e valorizar a dignidade social;
2. Planeta	Priorizar a proteção do planeta, através de práticas como a gestão sustentável dos recursos, consumo consciente, e garantir que as necessidades das gerações presentes e futuras são e serão suportadas;
3. Prosperidade	Garantir uma vida próspera e de realização pessoal numa economia forte, inclusiva e transformadora em equilíbrio com a natureza;
4. Paz	Promover sociedades seguras, justas e pacíficas, cujo cerne é a paz;
5. Parcerias	Englobar todas as pessoas, instituições e governos no cumprimento da Agenda; transformar o espírito da sociedade em solidariedade, sensibilizado para a questão de ajudar os mais pobres e vulneráveis; e promover o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Vieira (2015)

De seguida, mais precisamente na figura 1 é possível analisar a organização dos ODS considerando os cinco pontos enumerados anteriormente.



Figura 1 - Organização temática da participação dos vários pontos

Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros (2017)

De seguida, apresentamos na figura 2, um pequeno resumo do exposto acima. As discussões, sessões e acordos dedicados ao desenvolvimento sustentável têm um longo histórico, tendo como marco inicial a Conferência Rio-92, em 1992 e o mais recente a renovação na Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



Figura 2 - Organização temática da participação dos vários pontos

Fonte: Barbosa & Jereissati (2017)

Esta concretização será da inteira responsabilidade de cada país, que deverá estabelecer os próprios programas e processos, tendo em consideração os ODS como linha orientadora, para que seja assumido o compromisso do desenvolvimento sustentável. Segundo Cetic (2017), a vantagem da utilização dos indicadores é divulgarem dados qualitativos e/ou quantitativos que rapidamente permitem concluir sobre a concretização das metas da agenda.

A monitorização do progresso e a avaliação do desempenho na Agenda 2030 terão de ser efetuadas periodicamente através da apresentação de um relatório anual – o “*The Sustainable Development Goals Report*” –, que deverá conter indicadores globais com os respetivos resultados. Este será um processo que envolverá entidades como os

governos, a sociedade civil, o setor empresarial privado, as organizações não-governamentais (ONG), entre outros (UNRIC, 2016).

Em Portugal, as entidades responsáveis pela implementação e coordenação dos ODS são o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério do Planeamento e Infraestruturas, em articulação com os Ministérios com funções em matéria de ODS.

A Comissão Interministerial de Política Externa é a entidade coordenadora encarregue da implementação dos ODS e da preparação dos relatórios que são monitorizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

1.2. Os Três Pilares do Desenvolvimento Sustentável

Não existindo uma única definição para o conceito de desenvolvimento sustentável, o termo “sustentável” refere-se à viabilidade dos recursos naturais e dos ecossistemas ao longo do tempo e à continuidade da manutenção dos níveis de qualidade de vida e do desenvolvimento económico. Assegurar a sustentabilidade da Humanidade ao longo do tempo significa manter o equilíbrio entre os pilares ambientais, sociais e económicos através da articulação de uma economia evoluída com uma sociedade mais equitativa, protegendo e melhorando a produtividade dos recursos naturais e ao mesmo tempo desagregar o crescimento económico da degradação do ambiente (Vanegas, Dubose, & Pearce, 1995).

Para que a sustentabilidade empresarial possa ser avaliada, deverá promover de forma integrada três dimensões: ambiental, económica e social.

As componentes ambientais, económicas e sociais formam o chamado “*Triple Bottom Line*” (TBL), constituído pelas variáveis “*People, Profit and Planet*”, que auxiliam a avaliação de sucesso das empresas.

A ideia ao TBL foi proposta por John Elkington, na década de 1990, e reside no facto de que o sucesso por detrás de uma organização depende não só da tradicional *performance* financeira, mas também da *performance* social e ambiental (Norman & MacDonald, 2004).

O TBL está relacionado com a gestão sustentável de uma organização que tem como objetivo reduzir os impactos ambientais, gerar riqueza, valor e atender aos anseios sociais que o compõem, como representa a figura 3 (Santos & Baptista, 2016).

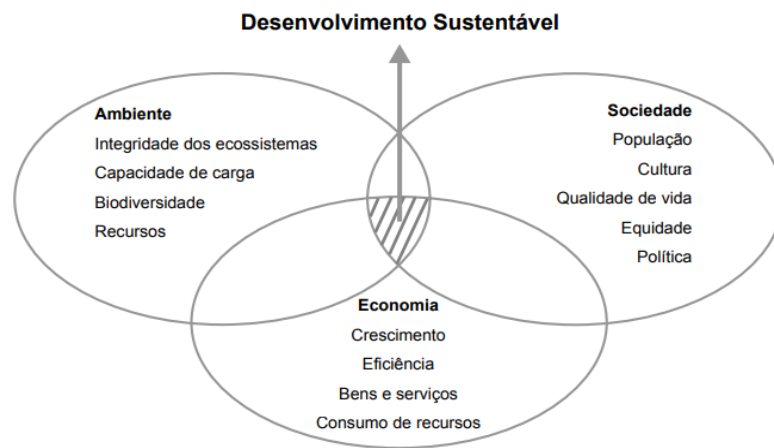


Figura 3 - Os três pilares do desenvolvimento sustentável

Fonte: Limão, A. (2007)

Integrar o desenvolvimento sustentável significa criar uma visão e condicionar os fins de uma organização, ao definir estratégias que têm como principal enfoque o equilíbrio das dimensões presentes na figura anterior (Rodrigues & Duarte, 2012).

Segundo Capricho & Lopes (2007), o âmbito económico-ambiental abrange problemas relacionados com «[...] a qualidade e eficiência de produtos e processos “ecológicos” ou “verdes”, a reforma fiscal ecológica e a responsabilidade ambiental»; o âmbito socio ambiental envolve problemas de «[...] equidade entre gerações e de justiça ambiental»; e o âmbito socioeconómico compreende problemas de «[...] ética empresarial e direitos».

Por forma a medir o desempenho da empresa relativamente às três dimensões, é necessário desenvolver-se um conjunto de indicadores.

E para que os objetivos delineados pelas empresas sejam alcançados, é imperativo que sejam tidas em consideração as relações de interdependência dos sistemas ambiental, económico e social (Capricho & Lopes, 2007). Só assim a empresa irá gerar valor e criar benefícios para a comunidade.

Segundo Santos & Dias (2008) os três pilares podem ser definidos da seguinte forma:

Tabela 3 - Definição dos três pilares do desenvolvimento sustentável

Sustentabilidade Social	Respeita os direitos humanos e a igualdade de oportunidades de todos os indivíduos na sociedade. Promove uma sociedade mais justa, da inclusão social e distribuição equitativa dos bens com foco na eliminação da pobreza. Preocupa-se com as comunidades locais, nomeadamente, reconhece e respeita a diversidade cultural evitando de toda e qualquer forma a exploração.
Sustentabilidade Económica	Denota criar prosperidade em diferentes níveis da sociedade e tornar eficiente a atividade económica. Refere-se à viabilidade das organizações e das suas atividades na geração de riqueza e promoção de emprego de qualidade.
Sustentabilidade Ambiental	Conserva e gere os recursos naturais, especialmente aqueles que não são renováveis ou são fundamentais ao suporte de vida. Requer ações para minimizar a poluição do ar, água e solo, preservar a diversidade biológica, proteger e melhorar a qualidade do ambiente e promover o consumo responsável.

Fonte: Adaptado Santos & Dias (2008)

Assegurar a sustentabilidade ao longo do tempo significa manter o equilíbrio entre uma população em crescimento e as suas exigências, a mudança na capacidade da Natureza para absorver todos os resíduos rejeitados pelas atividades humanas, as possibilidades que o conhecimento e as novas tecnologias oferecem e os valores, aspirações e instituições que conduzem o comportamento humano. Esta visão de um mundo sustentável terá necessariamente de mudar como resposta às alterações de qualquer uma das partes desta relação (Pirages, 1994).

No desenvolvimento sustentável, o papel da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), é fundamental e enfrenta interessantes e importantes desafios.

1.3. A Responsabilidade Social Empresarial

O conceito de responsabilidade social tem sido controverso ao longo do tempo, uma vez que a sua definição e aplicação nunca gerou consenso, fazendo com que durante muitos anos tenha sido pouco relevante para as empresas e para a sociedade (Almeida, 2010).

Atualmente, RSE é um tema frequente no seio empresarial. A utilização de recursos energéticos de forma sustentável e a aposta no investimento de capital humano começa a ser uma realidade. As empresas tendem a criar uma imagem positiva perante os

consumidores e a sociedade, com o desígnio de conseguir uma vantagem competitiva no mercado em que se inserem.

A responsabilidade social pode ser definida como um conjunto de ações que permitem que as organizações contribuam voluntariamente para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais equilibrado (Comissão das Comunidades Europeias, 2001, p.4).

A responsabilidade social é um processo que se dirige a todos os trabalhadores afetos à organização bem como a todas as partes interessadas que poderão, eventualmente, influenciar a sua *performance* (Comissão das Comunidades Europeias, 2001).

Este conceito tem vindo a assumir um papel cada vez mais abrangente na sociedade, não estando só focada na maximização de lucro e criação de riqueza.

Em 2001, a Comissão Europeia publica o “Livro Verde - Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas”. O seu objetivo consiste em alertar as empresas para analisarem ao máximo as experiências existentes, incentivar o desenvolvimento de práticas inovadoras, aumentar a transparência, bem como a fiabilidade da avaliação e da validação (Comissão das Comunidades Europeias, 2001).

Nas últimas décadas o conceito de responsabilidade social foi sendo cada vez mais discutido em todo o mundo, tendo um impacto crescente na gestão e sobrevivência das empresas. Este tópico tornou-se tema de palestras, conferências, estudos académicos e, principalmente, de diversos modelos teóricos que foram sendo criados ao longo dos anos e fizeram nascer diversas aplicações e interpretações pelas empresas e pelos seus gestores (Santos & Dias, 2008).

Com o desenvolvimento do conceito foram aparecendo vários modelos para explicar a RSE. Contudo, destacamos a Pirâmide de Carrol (1991).

Este autor defende que a RSE deve ser enquadrada pelos gestores de todos os setores de negócio, tendo o autor sugerido quatro tipos de responsabilidade para se obter a responsabilidade social empresarial: económico, legal, ético e filantrópico. Estas quatro componentes que desenvolvemos abaixo constituem a famosa Pirâmide de Carroll apresentada na figura 4.

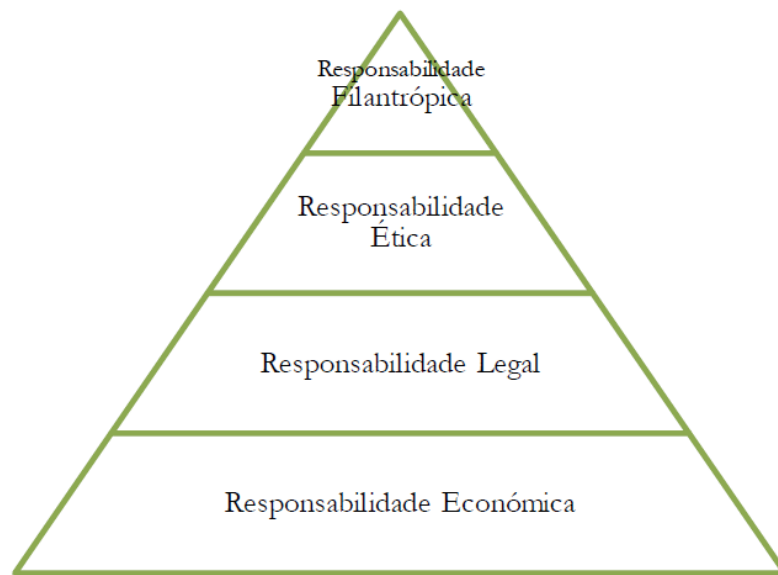


Figura 4 - Pirâmide de Carroll, tipos de SER
Fonte: Carroll (1991)

Segundo Ávila & Morcelli (2016, pp 21-22), podemos definir as componentes desta pirâmide da seguinte forma:

- **Responsabilidade Económica:** A organização deve apostar na produção e venda de bens, bem como na prestação de serviços que vá ao encontro das necessidades dos clientes, garantindo crescimento e obtenção de lucro. A responsabilidade económica é a principal da empresa, encontrando-se na base da pirâmide. A organização tem a responsabilidade de ser lucrativa;
- **Responsabilidade Legal:** A organização, para fazer parte da sociedade, deve seguir as normas do sistema estabelecidas pela mesma. A organização tem a responsabilidade de obedecer à lei;
- **Responsabilidade Ética:** A organização deve ajustar o seu comportamento não só de acordo com o que é socialmente ético, como também de acordo com os códigos morais, por forma responder às expectativas da sociedade. A organização tem a responsabilidade de ser ética;
- **Responsabilidade Filantrópica:** A organização deve atender a programas que promovam o bem-estar humano, e que aumentem a qualidade de vida da sociedade em geral. A organização tem a responsabilidade de ser boa cidadã.

Todas as práticas sociais devem ser bem conduzidas, uma vez que estas promovem e influenciam positiva ou negativamente a imagem da organização perante os *stakeholders* (Ávila & Morcelli, 2016).

O conceito de responsabilidade social evoluiu para um conceito inclusivo e global, fruto da crescente consciencialização do consumidor, o qual procura produtos e serviços que concebam melhorias para o meio ambiente e para a comunidade. Deste modo, tem vindo a ser consolidada a ideia de que a responsabilidade social mantém, cada vez mais, uma relação direta com o desenvolvimento sustentável, ao precaver o futuro, através da internalização dos impactes ambientais, económicos e sociais (Rodrigues & Duarte, 2012).

A responsabilidade social abrange um leque vasto de componentes, podendo-se fazer a sua análise e tratamento em duas grandes dimensões: interna e externa.

Para melhor entendimento, é apresentada uma tabela resumo (tabela 4) sobre a abrangência dos quatro grandes grupos da dimensão interna, da responsabilidade social das empresas:

Tabela 4 - Responsabilidade Social – Dimensão Interna

Dimensão Interna	
Gestão dos recursos humanos	<ul style="list-style-type: none">- Aprendizagem ao longo da vida;- Melhor equilíbrio entre a vida profissional, familiar e tempos livres;- Igualdade de remuneração e género;- Práticas de recrutamento responsável – não discriminatórias;
Saúde e segurança no trabalho	<ul style="list-style-type: none">- Aplicar medidas de progresso na saúde e segurança no trabalho.
Adaptação à mudança	<ul style="list-style-type: none">- Motivação, lealdade, criatividade e produtividade dos trabalhadores;- Salvaguardar os direitos dos trabalhadores e conceder-lhes formação suplementar;- Participação no desenvolvimento local e em estratégias ativas para o mercado de trabalho.
Gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais	<ul style="list-style-type: none">- Na exploração de recursos;- Nas emissões poluentes;- Na produção de resíduos;- Nas despesas energéticas;- Eliminação de resíduos.

Fonte: Adaptado Faria (2015, pág. 78).

A empresa também deve tornar-se mais visível e apelativa ao seu meio externo. A dimensão externa da responsabilidade social pode ser agrupada em quatro grupos sumariados na tabela 5.

Tabela 5 - Responsabilidade Social – Dimensão Externa

Dimensão Externa	
Comunidades locais	<ul style="list-style-type: none">- Preocupação com a emissão do ruído, luz, poluição das águas, emissões aéreas, contaminação do solo e dos problemas ambientais inerentes ao transporte e eliminação de resíduos;- Patrocínio de eventos culturais e desportivos;- Donativos para ações de caridade.
Parceiros comerciais fornecedores e consumidores	<ul style="list-style-type: none">- Parcerias e alianças com empresas;- Responsabilidade Social dos clientes, fornecedores e concorrentes;- Promoção do espírito empresarial;- Procurar fornecer, de forma ética, eficiente e ecológica, produtos e serviços que os consumidores desejam e dos quais necessitam.
Direitos humanos	<ul style="list-style-type: none">- Respeito pelos direitos humanos, normas laborais e de proteção ambiental;- Não compactuar com ações de suborno e ou práticas de corrupção;- Implementar códigos de conduta que mencionem as condições de trabalho, os direitos humanos e aspetos ambientais;- Analisar o impacto das atividades da empresa sobre os direitos humanos dos seus trabalhadores e comunidades locais;- Promover o combate ao trabalho e pobreza infantil.
Preocupações ambientais globais	<ul style="list-style-type: none">- Promover os objetivos da RSE a nível nacional e internacional;- A empresa deve associar-se a parceiros globais para contribuir para a melhoria global a nível social e ambiental;- Relevância do papel da empresa na consecução do desenvolvimento sustentável.

Fonte: Adaptado Faria (2015, pág. 79).

A responsabilidade social tem assim, ao longo do tempo, se tornado uma preocupação mundial. No que respeito ao seu conceito, vemos que o mesmo atualmente abrange diferentes perspetivas ou áreas, como pode ser observado no preâmbulo do Decreto-lei 89/2017, de 28 de julho, o qual não só refere essas diferentes áreas como afirma a sua importante e contribuição para o desempenho das empresas:

“A responsabilidade social das empresas, demonstrada através da divulgação de informações não financeiras relativas às áreas sociais, ambientais e de governo societário, contribui decisivamente para a análise do desempenho das empresas e do seu impacto na sociedade, para a identificação dos riscos de

sustentabilidade das mesmas e para o reforço da confiança dos investidores e dos consumidores”.

Também em Portugal, a RSE e a sustentabilidade tem merecido um aumento de atenções desde implementação de medidas económicas, sociais e ambientais e inúmeras iniciativas de diversas empresas como iremos abordar no ponto seguinte.

1.4. A Sustentabilidade em Portugal

Portugal foi um dos primeiros países europeus a confirmar a proteção ambiental com a aprovação da primeira Lei de Bases do Ambiente em 1987¹. A presente lei define as bases da política de ambiente, em cumprimento do disposto nos artigos 9.º e 66.º do Diário da República. O artigo 66º Diário da República do ano de 1976 refere que “Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender²”. Com isto, foi introduzido formalmente o conceito de desenvolvimento sustentável no quadro normativo português.

De seguida, Portugal continuou os seus passos na área da sustentabilidade publicando em 1998 o “Plano Nacional para o Desenvolvimento Económico e Social (2000-2006)”. O governo através deste plano define um conjunto de objetivos relacionados com questões ambientais que Portugal percorrerá na primeira década do século XXI.

Outro documento publicado para discussão pública sendo titulado de “Estratégia Nacional e Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2002)” surgiu através da preparação para a Cimeira Mundial de Joanesburgo e através dos compromissos assumidos no âmbito da Agenda 21 onde define quatro domínios estratégicos para o nosso país:

1. Garantir o desenvolvimento equilibrado do território;
2. Melhorar a qualidade do ambiente;
3. Produção e consumos sustentáveis;
4. Em direção a uma sociedade solidária e do conhecimento.

¹ Lei n.º 11/87, de 7 de Abril

² Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10

Em 2004 o Grupo de Trabalho de Reflexão Estratégica apresentou uma proposta para completar a versão à ENDS 2002, em que se incluíam os três pilares de desenvolvimento sustentável: económico, ambiental e social. Para execução das metas estabelecidas pela ENDS aparece o Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PIENDS). Este plano caracteriza-se por ser dinâmico e flexível onde são definidas três grandes metas globais transversais, enumeradas na tabela 6, relativas às três grandes dimensões da Estratégia: económica, social e ambiental.

Tabela 6 - Metas Globais Transversais

Colocar Portugal em 2015:

1. Num patamar de desenvolvimento económico mais próximo da média europeia;
2. Entre os primeiros vinte países do Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento);
3. Com um défice ecológico global inferior ao atual.

Fonte: ENDS (2015)

De referir que em Portugal existem algumas entidades (tabela 7) que têm dado um contributo considerável no crescimento da responsabilidade social e no desenvolvimento sustentável em Portugal.

Tabela 7 - Instituições com atividade relacionada com a Responsabilidade Social Empresarial

Instituições	Contributo para a responsabilidade social empresarial
GRACE	Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial
	Fundada em 2000, é uma associação pioneira, sem fins lucrativos e exclusivamente dedicada à promoção da responsabilidade social empresarial. A GRACE reúne mais de 150 empresas, das mais variadas dimensões e setores de atividade, empenhadas em aprofundar o seu papel no desenvolvimento social das pessoas e das organizações, partilhando a missão há muito assumida: refletir, promover e desenvolver a responsabilidade social corporativa em Portugal.
BCSD Portugal	Business Council for Sustainable Development Portugal
	Entidade fundada em outubro de 2001, por um conjunto de empresas nomeadamente: Cimpor, The Navigator Company, Sonae e por mais 33 empresas de primeira linha da economia nacional. O seu principal objetivo é o desenvolvimento sustentável. O BCSD é um ator influente e inspirador de novos modelos de negócio, competitivos, inovadores, responsáveis, sustentáveis e inclusivos.

APEE	Associação Portuguesa de Ética Empresarial Fundada em novembro de 2002 por um grupo de profissionais e empresários, tem como objetivo a promoção do desenvolvimento da ética nas organizações, com plena integração nas suas práticas de gestão e, consequentemente, no seu meio envolvente. A responsabilidade social foi desde logo encarada como uma consequência da aplicação prática dos valores éticos da organização. A normalização nacional e internacional é uma das áreas de atuação da APEE, tendo participado por exemplo no processo de desenvolvimento da ISO 26000.
UN GCNP	Global Compact Network Portugal Constituída em 2007, a rede portuguesa da Global Compact reúne os subscritores da iniciativa com sede ou que operam em Portugal. A sua visão é a de uma economia mais sustentável e inclusiva mediante a promoção de uma relação mais benéfica e cooperativa entre as empresas e as sociedades, promovendo os objetivos da ONU. Apesar de ter regulamentação própria, não tem personalidade jurídica sendo suportada pela APEE.

Fonte: Adaptado Botelho (2019)

Mais recentemente, segundo o relatório³ denominado "O Futuro é agora: Ciência para atingir desenvolvimento sustentável", Portugal encontra-se entre os 30 países mais sustentáveis do mundo. Este relatório elaborado e apresentado em setembro de 2019 por cientistas independentes para a ONU, avalia o desempenho de 162 países nos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável adotados na Agenda 2030.

Este relatório foi produzido por uma equipa de 15 especialistas independentes eleitos pelo secretário-geral da Organização das Nações Unidas, António Guterres, é o primeiro a avaliar o cumprimento dos ODS, adotados há quatro anos.

³ Mais informações em: <https://www.dn.pt/pais/onu-diz-que-portugal-e-um-dos-30-paises-mais-sustentaveis-do-mundo-11291624.html> acedido a 01 de junho de 2020.

Dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, Portugal está a cumprir da melhor forma o ODS 7, de energias renováveis e acessíveis, que deve garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos.

Os dados também são considerados favoráveis, apesar de existirem alguns obstáculos, na saúde de qualidade (ODS 3), trabalho digno e crescimento económico (ODS 8) e cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11).

À semelhança da maioria dos países, Portugal tem tido um desempenho negativo na ODS 13, da ação climática, que consiste em adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas nas políticas, estratégias e planeamentos nacionais.

1.4.1. Algumas Empresas Portuguesas Mais Sustentáveis

Para reforçar a ideia de que as empresas em Portugal estão “a pensar mais verde”, apresentamos alguns exemplos de empresas e setores de atividade que já manifestaram a sua intenção de reduzir o impacto ambiental das suas atividades, contribuindo assim para a melhoria global do planeta.

De seguida expomos alguns exemplos⁴:

- O Grupo EDP, integra desde 2018 a Euronext Video World 120, um ranking que o distingue das melhores empresas do mundo no que diz respeito às práticas de sustentabilidade;
- A GALP, petrolífera portuguesa, foi distinguida no ano de 2018 pelo Dow Jones Sustainability Index (DJSI) como a melhor empresa da Europa e a terceira a nível mundial no âmbito de “Oil & Gas”, conquistando a sua melhor pontuação depois de integrar o ranking durante oito anos consecutivos. Os melhores resultados da empresa estão relacionados com os critérios de “Riscos Relacionados com a Água” e “Estratégia Climática”;
- O Grupo Jerónimo Martins, também se encontra no ranking das 120 empresas mais sustentáveis do mundo. Atualmente, encontra-se com uma avaliação no nível de desempenho mais elevado, tendo uma avaliação de 94% no que diz respeito à divulgação de informação sobre sustentabilidade. Para esta

⁴Mais informações em: <https://www.imr.pt/pt/noticias/empresas-portuguesas-mais-sustentaveis-da-europa> acedido em março 2020.

impressionante classificação terão contribuído fatores como a redução da sua pegada carbónica em 5% entre 2018 e 2020, a redução do desperdício alimentar do grupo em 10% no mesmo período (comparativamente a 2016), assim como a determinação da empresa em reduzir este valor para a metade até 2025;

1.4.2. Outras Iniciativas Sustentáveis

A *The United Nations Global Compact* (UNGC) é um projeto que nasceu em 2000 através da iniciativa do antigo secretário-geral da ONU, Kofi Anna, e é hoje o maior projeto de sustentabilidade corporativa do mundo (Global Compact, 2018).

A missão da UNGC é apelar “às empresas para que alinhem estratégias e operações com princípios universais sobre direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, e adotem ações que avancem os objetivos sociais” (Global Compact, 2018).

Este projeto assenta num pacto global para as empresas, e baseia-se em 10 princípios fundamentais que devem integrar a estratégia organizacional, os quais abrangem áreas como a dos direitos humanos, práticas laborais, proteção ambiental, e anticorrupção (Global Compact, 2018).

Os 10 princípios firmam-se em declarações universalmente aceites, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração da Organização Internacional do Trabalho, e a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento (Global Compact, 2018).

A UNGC atua meramente sobre forma voluntária, baseando-se no diálogo, na aprendizagem e na partilha dos seus princípios a todas as organizações, para que os implementem na sua estratégia.

As organizações que desejem juntar-se a este programa têm de publicar anualmente um relatório chamado de “*Communication on Progress*”, onde devem ser divulgadas as práticas e políticas realizadas em torno destes princípios (Global Compact, 2018).

Atualmente, a UNGC encontra-se a trabalhar na Agenda 2030.

Em Portugal, a UNGC é representada pela *Global Compact Network Portugal* e conta já com vastos subscritores de áreas operacionais distintas, tais como:

- Águas de Portugal;

- Brisa – Autoestradas de Portugal;
- Caixa Geral de Depósitos;
- EDP – Energias de Portugal, S.A.;
- Sonae SGPS.

Em setembro de 2019, a Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE) promoveu, a 5.^a Cerimónia de Atribuição do Reconhecimento de Práticas em Responsabilidade Social e Sustentabilidade, durante a qual foram conhecidas as organizações portuguesas distinguidas pelas suas práticas em responsabilidade social e sustentabilidade, relativamente ao ano de 2018.

O reconhecimento abrange dois eixos de participação, que se subdividem nas seguintes categorias (tabela 8):

Tabela 8 - Categorias dos Eixos de Participação

Eixo I - Responsabilidade Social	Eixo II - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
Governança Organizacional	ODS 1 - Erradicar a Pobreza
Direitos Humanos	ODS 2 - Erradicar a Fome
Trabalho Digno e Conciliação	ODS 3 - Saúde de Qualidade
Ambiente - Redução de Impactes	ODS 4 - Educação de Qualidade
Ambiente - Água e Energia	ODS 5 - Igualdade de Género
Mercado	ODS 6 - Água Potável e Saneamento
Comunidade, Voluntariado e Comunicação	ODS 7 - Energias Renováveis e Acessíveis
	ODS 8 - Trabalho Digno e Crescimento Económico
	ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestruturas
	ODS 10 - Reduzir as Desigualdades
	ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis
	ODS 12 - Produção e Consumo Sustentáveis
	ODS 13 - Ação Climática
	ODS 14 - Proteger a Vida Marinha
	ODS 15 - Proteger a Vida Terrestre
	ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes
	ODS 17 - Parcerias para a Implementação dos Objetivos

Fonte: Elaboração Própria

Durante a cerimónia foram reconhecidas as organizações portuguesas distinguidas pelas suas práticas em responsabilidade social e sustentabilidade, as quais expomos abaixo⁵:

Tabela 9 - Organizações portuguesas distinguidas pelas suas práticas em responsabilidade social e sustentabilidade

Empresas	Prémios	Eixo
EPAL Empresa Portuguesa de Águas Livres	Prática “Operação Tejo 2018”	Responsabilidade Social Ambiente – Redução de Impactes
SONAE MC	“Donativo Missão Continente 2018”	Responsabilidade Social Comunidade
SONAE MC	“Programa Escola Missão Continente”	ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS 4 - Educação de Qualidade
GEBALIS – Gestão Do Arrendamento Da Habitação Municipal de Lisboa	“Mobilidade / Acessibilidade em casa - Simples Interspersões Construtivas que facilitam a vivência no interior da Habitação”	ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis

Fonte: Elaboração Própria

Recentemente, divulgado a 22 de abril de 2020, a Universidade de Coimbra (UC), membro UN Global Compact | Global Compact Network Portugal, é considerada a melhor instituição em Portugal e a única no top 20 mundial no cumprimento do indicador Saúde e Bem-Estar, o terceiro ODS da ONU, de acordo com a segunda edição do ranking “The University Impact Rankings”, do *Times Higher Education*. Em 620 universidades de todo o mundo, a Universidade de Coimbra ocupa o 17º lugar.⁶

Todas as iniciativas nesta área, devem ser divulgadas para o conhecimento e incentivos de melhoria.

“Seja a mudança que você quer ver no mundo”. – Mahatma Gand

⁵ Mais informação em: <https://globalcompact.pt/noticias/320-organizacoes-un-global-compact-reconhecidas-pelas-suas-praticas-de-rs-e-sustentabilidade> acedido em junho de 2020.

⁶ Para mais informação: <https://globalcompact.pt/noticias/membros/346-universidade-de-coimbra-no-top-20-mundial-no-cumprimento-do-indicador-saude-e-bem-estar-estabelecido-pela-onu> acedido em junho de 2020.

2. RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

2.1. A sua importância

Os relatórios de sustentabilidade permitem às organizações considerar ou reconsiderar as suas atitudes e os seus impactos no que toca a questões de sustentabilidade, permitindo assim, serem mais transparentes sobre os riscos e oportunidades que enfrentam ou podem enfrentar num futuro próximo.

Daub (2007), define um relatório de sustentabilidade como aquele que “deve conter informações qualitativas e quantitativas na medida em que a empresa seja capaz de melhorar o seu desempenho económico, ambiental e social de maneira eficaz e eficiente no período de referência e integrar esses aspetos da sustentabilidade no sistema de gestão ” (Daub, 2007, p.76).

Segundo a *GRI* ⁷ um relatório de sustentabilidade é um relatório publicado por uma empresa ou organização sobre os seus impactos económicos, ambientais e sociais causados pelas suas atividades diárias. Os relatórios de sustentabilidade podem ajudar as organizações a medir, a entender e a comunicar o seu desempenho económico, ambiental e social, definindo metas e mudanças mais eficientes.

As empresas que pretendem ter uma relação mais próxima com os seus *stakeholders* devem demonstrar transparência nas suas atividades e valorizar os seus compromissos sociais para com o meio envolvente, sendo este tópico cada vez mais relevante para a gestão e sobrevivência das empresas num mercado globalizado, em que uma grande maioria se encontra inserida.

O sucesso dos relatórios de sustentabilidade depende da informação neles contida ser real, credível, fiável e integra. Por isso, a credibilização/garantia de fiabilidade é um processo essencial e a falta deste diminuiu a qualidade e utilidade dos mesmos. Uma vez que há várias áreas quantificáveis, podem ser incluídos diferentes níveis de garantia para diferentes partes do relatório.

⁷ Para mais informação: <https://www.globalreporting.org/information/sustainability-reporting/Pages/default.aspx> acedido em julho de 2020.

Segundo a GRI, ⁸há credibilização quanto a:

- Precisão e integridade dos dados quantificáveis;
- Confiança dos rácios e indicadores e dos mecanismos utilizados para medir e registar os dados;
- Se o relatório foi executado tendo em conta determinadas normas;
- Se a empresa debateu com os seus *stakeholders*;
- Se as políticas internas e sistemas de gestão foram implementados de acordo com o que foi dito pela administração;
- E se o relatório não apresenta erros relevantes mas sim uma imagem completa e justa.

Os relatórios de sustentabilidade não são obrigados a serem credibilizados e nem há regulamentação que determine quem os deve credibilizar. São as próprias empresas que, voluntariamente os credibilizam tanto, internamente, como externamente.

No mundo dos negócios, o relatório é cada vez mais importante para reduzir a assimetria de informações entre a empresa e as partes interessadas (Cheng, Ioannou, & Serafeim, 2012).

Elaborar relatórios de sustentabilidade é a prática de medir, divulgar e prestar contas para os *stakeholders*. O conceito de *stakeholder* aplica-se a qualquer pessoa ou grupo que esteja de alguma forma relacionada com o desempenho ou com os objetivos das organizações. O *stakeholder* pode ser desde o gestor, credor, acionista, colaborador, comunidade, organizações comunitárias, governo, média, entre tantos outros. “Relatório de sustentabilidade” é um termo amplo considerado sinónimo de outros relatórios cujo objetivo é descrever os impactos económicos, ambientais e sociais (também conhecido como *tripple bottom line*) de uma organização, como o relatório de responsabilidade social empresarial, o balanço social, entre outros (GRI, 2006).

Segundo Morsing & Schultz (2006), as empresas publicam relatórios de sustentabilidade com o objetivo de responder às expectativas dos seus *stakeholders* e paralelamente contribuir para o bem-estar da sociedade.

⁸ Para mais informação: <https://www.globalreporting.org/information/sustainability-reporting/Pages/gri-standards.aspx> acedido em julho de 2020.

Uma das vantagens de comunicar para o exterior, para além da postura transparente e clara que transmite, é a oportunidade de promover a melhoria das práticas da empresa através da reação do público e das suas críticas e sugestões. Ouvir as opiniões dos *stakeholders* e moldar os objetivos e estratégias de acordo com os seus contributos deve ser considerado como parte do processo pelos órgãos de gestão (Revista Anual BCSD Portugal, 2005, p.34).

A divulgação dos Relatórios de Sustentabilidade trás diversas vantagens para a empresa ao nível interno. Podemos enumerar alguns benefícios internos (tabela 10):

Tabela 10 - Benefícios Internos de apresentar relatórios de sustentabilidade

Benefícios Internos
Maior compreensão dos riscos e oportunidades.
Enfatizar o vínculo entre o desempenho financeiro e não financeiro.
Influenciar a estratégia e a política de gerenciamento de longo prazo e planos de negócios.
Agilizar os processos, reduzindo custos e melhorando a eficiência.
Benchmarking e avaliação do desempenho da sustentabilidade com relação a leis, normas, códigos, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias.
Evitar que seja implicado em falhas ambientais, sociais e de liderança.
Comparar o desempenho internamente e entre as organizações e os setores.

Fonte: GRI (2019)

A nível externo a GRI, apresenta também outros benefícios que expomos de seguida na tabela 11:

Tabela 11 - Benefícios Externos de apresentar relatórios de sustentabilidade

Benefícios Externos
Atenuar - ou reverter - impactos ambientais, sociais e de liderança negativos
Melhorar a reputação e a fidelidade à marca
Permitir que as partes interessadas externas compreendam o verdadeiro valor da organização e dos ativos tangíveis e intangíveis;
Demonstrar como a organização influencia e é influenciada pelas expectativas sobre o desenvolvimento sustentável.

Fonte: GRI (2019)

As empresas para preparem os seus relatórios necessitam de aplicar diversos princípios de relato.

Segundo Botelho, (2019) para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade é necessário cumprir os princípios expostos na tabela 12. Estes princípios ajudam as organizações a decidir o conteúdo a incluir no relatório. Isso envolve a consideração das atividades, impactos e expectativas da organização e interesses das suas partes interessadas. Estes princípios de relato são fundamentais para conseguir obter relatórios de sustentabilidade de alta qualidade.

Tabela 12 - Princípios para a definição do conteúdo do relatório

1. Inclusão das partes interessadas	A organização responsável pelo relatório deve identificar as suas partes interessadas mais relevantes para a empresa e identificar as suas expectativas e preocupações, incorporando-as no processo de tomada de decisão.
2. Contexto da Sustentabilidade	O relatório deve apresentar o desempenho da organização num contexto mais amplo de sustentabilidade, ou seja procurando permanentemente um desempenho de excelência em sustentabilidade.
3. Materialidade	O relatório deve apresentar os temas que no curto, médio e longo prazo são capazes de influenciar a criação de valor da empresa. Os temas materiais devem agregar tanto a dimensão financeira como não financeira, nomeadamente económica, ambiental e social, suscetível de influenciar ou ser influenciadas pelos diferentes stakeholders da empresa. A análise da materialidade pretende avaliar e priorizar a relevância dos assuntos para os stakeholders, revendo periodicamente as suas expectativas, de forma a apoiar o processo de tomada de decisão e desenvolvimento de estratégias na organização.
4. Perfeição	O relatório deve incluir a cobertura dos temas e tópicos relevantes e seus limites, suficientes para refletir impactos económicos, ambientais e sociais significativos e permitir que as partes interessadas avaliem o desempenho da organização no período a que respeita o relatório.

Fonte: Botelho (2019)

Na tabela 13, apresenta-se os princípios para a definição da qualidade do relatório. Estes ajudam as organizações a definir as opções para garantir a qualidade e apresentação adequado do seu relatório de sustentabilidade. A qualidade é extremamente importante para auxiliar as partes interessadas em fazerem avaliações sólidas e tomar as decisões apropriadas.

Tabela 13 - Princípios para a definição da qualidade do relatório

1. Rigor	As informações reportadas devem ser suficientemente precisas e detalhadas para que as partes interessadas possam avaliar o desempenho da organização.
2. Equilíbrio	As informações reportadas devem refletir os aspetos positivos e negativos da organização, para permitir uma avaliação fundamentada do desempenho global da organização.
3. Clareza	A organização deve disponibilizar as informações de maneira compreensível e acessível às partes interessadas, que utilizam essas informações.
4. Comparabilidade	A organização deve selecionar e relatar as informações de forma consistente, de forma a serem apresentadas às partes interessadas para analisar as mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e puderem comparar com outras organizações.
5. Confiabilidade	A organização deve recolher, registar, analisar e relatar informações e processos utilizados na preparação do relatório, de forma que possam ser sujeitos a verificação, e que estabeleça a qualidade e a materialidade das informações.

Fonte: Botelho (2019)

A partir de 2018, as empresas portuguesas de grande dimensão passaram a ter a obrigação de apresentar o relatório de sustentabilidade estipulado no Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho.

Esta nova obrigação recai sobre as grandes empresas e as empresas-mãe de um grande grupo, que tenham o estatuto legal de entidades de interesse público⁹ e que tenham em média mais de 500 trabalhadores.

Um grande número de empresas de todos os setores já publica os seus relatórios de sustentabilidade de acordo com os padrões da GRI. É no Banco de Dados de Divulgação de Sustentabilidade da GRI que se encontra todos os relatórios de sustentabilidade conhecidos pela GRI. Posto isto, os Relatórios de Sustentabilidade poderão ser realizados de acordo com as normas emitidas pelos seguintes organismos¹⁰:

1. *Global Reporting Initiative* (GRI) (Padrões de Relatório de Sustentabilidade da GRI);
2. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais);
3. O Pacto Global das Nações Unidas (a Comunicação sobre o Progresso);
4. A Organização Internacional de Normalização (ISO 26000, Norma Internacional de Responsabilidade Social).

Destas hipóteses, desenvolvemos de seguida a norma GRI uma vez que é a diretriz seguida na realização do Relatório de Sustentabilidade do Universo Mineral Natural, S.A. “Parte II do trabalho”.

2.2. A *Global Reporting Initiative* (GRI)

A *Global Reporting Initiative* é uma instituição sem fins lucrativos criada em 1997 sediada em Amesterdão, Holanda.

Foi criada para que os relatórios de sustentabilidade fossem de melhor qualidade, mais rigorosos e úteis, focando-se nos impactos que os negócios têm sobre o meio ambiente realçando o que se deve divulgar e de que forma.

⁹ Os critérios de qualificação de entidades de interesse público encontram-se definidos o artigo 3.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, publicado na Lei n.º 48/2015, de 9 de setembro.

¹⁰ Para mais informação:

<https://www.globalreporting.org/information/sustainabilityreporting/Pages/default.aspx>, acedido a 22 de dezembro de 2019.

Segundo a GRI, o relatório de sustentabilidade deve abordar o desempenho da organização, no que toca ao desenvolvimento sustentável, e informar as partes interessadas acerca dos resultados e das respetivas consequências tomadas pela gestão.

A GRI é uma de várias organizações internacionais que foi desenvolvida, como parte do Sistema Integrado do Internacional Reporting Committee (IIRC). O objetivo do IIRC é apoiar o desenvolvimento de uma nova abordagem para a contabilidade e relatórios: relatórios que forneçam uma visão integrada de uma organização, incluindo aspetos ambientais e sociais.

Como podemos observar na figura 5¹¹, a primeira versão das diretrizes da *GRI* surgiu em 1997 com a publicação da (*G1*) e desde então foram feitas melhorias nas diretrizes surgindo em 2002 a (*G2*) onde se desenvolveram orientações para a elaboração destes relatórios.

Em 2006, foi lançada a *G3 Reporting Framework*. Nesta versão, encontram-se as divulgações de sustentabilidade que as empresas podem adotar de forma flexível e incremental, permitindo a transparência das atividades da empresa sobre o seu desempenho nas áreas-chave da sustentabilidade.

De forma a completar as diretrizes da *G3*, em 2011 foram lançadas as diretrizes *G3.1*. Nesta nova versão das diretrizes encontra-se uma orientação alargada sobre os indicadores a serem divulgados pelas empresas, nomeadamente os impactos da comunidade local, direitos humanos e género.

¹¹ Para mais informação:

<https://abj.org.jo/echobusv3.0/systemassets/sustainability%20reporting%20according%20to%20gri%20standards-darin%20rovere.pdf> , acedido em abril de 2020.

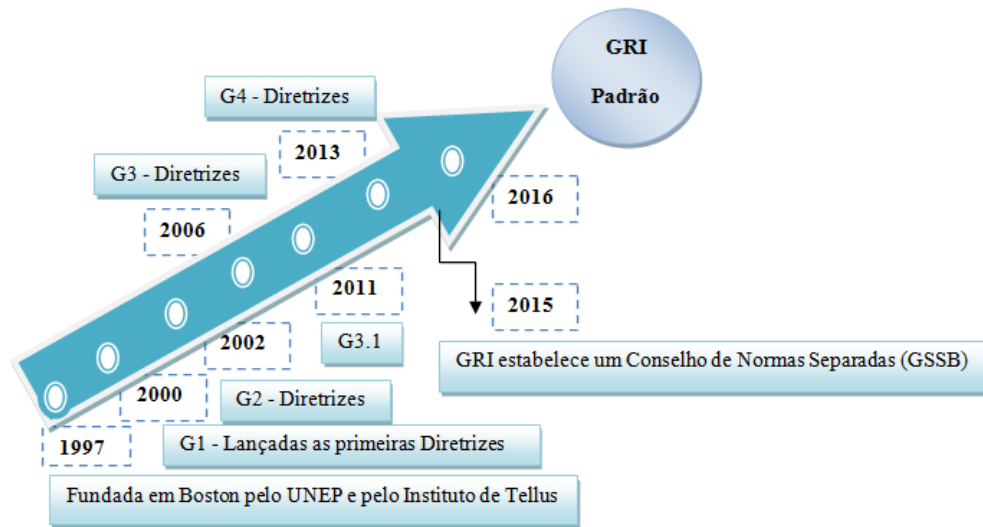


Figura 5 - Percurso histórico da GRI

Fonte: Adaptado de Association of Banks in Jordan (2017)

Tanto a *G3* como a *G3.1* são compostas por duas partes. A primeira refere-se aos princípios e orientações sobre o conteúdo, qualidade e o limite do relatório, enquanto a segunda refere-se às informações padrão, ou seja, sobre a estratégia e perfil, abordagem de gestão e os indicadores de desempenho (económicos, ambientais e sociais). Com o lançamento da *G4*, foram também publicados dois documentos destinados para orientação das empresas: “Princípios de relatórios e informações padrão” e “Manual de Implementação”. A atual e final versão da *GRI* é composta por três normas universais (*Universal Standards*).

Assim, na figura 6, podemos observar o ponto de partida da *GRI standard*:

- *GRI 101* - Inclui os dez princípios básicos de relato para utilizar as Normas *GRI* nos relatórios de sustentabilidade, além de informações sobre como usar e se referenciar nas Normas;
- *GRI 102* – Contém as informações de contextualização sobre a organização e as suas práticas de relato de sustentabilidade;

- *GRI 103* – Reporta a abordagem de gestão da organização para cada tópico material.

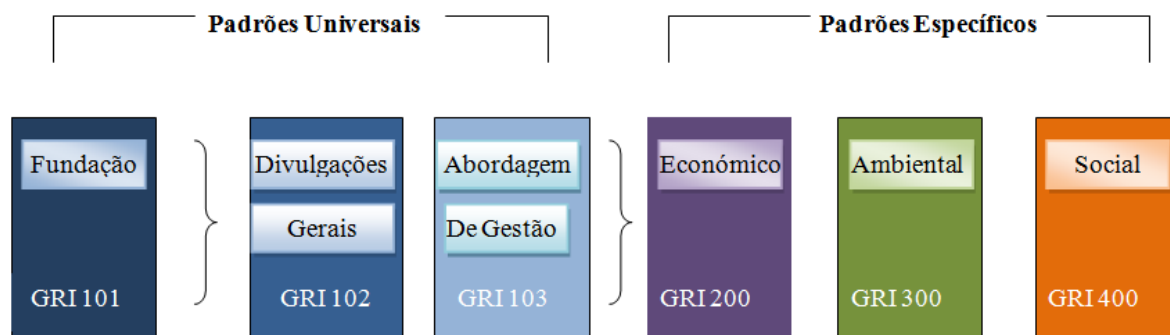


Figura 6 - Categorias das Normas GRI

Fonte: Adaptado de Association of Banks in Jordan (2017)

Estes recentes padrões, também apresentados na figura 6 abordam especificamente os tópicos:

- *GRI 200* - Relacionado com o eixo económico como, por exemplo, a *performance* económica e anticorrupção;
- *GRI 300* - Relacionado com o eixo ambiental como, por exemplo, energia, água e emissões para o meio ambiente;
- *GRI 400* - Relacionado com o eixo social como, por exemplo, diversidade, trabalho infantil, trabalho forçado e políticas públicas.

A versão mais atualizada do conjunto de normas *GRI* é a *GRI Standard de 2018* (Global Reporting, 2018).

Esta transição da versão *G4* para um conjunto de normas globais ocorreu no dia 30 de junho de 2018, sendo que anteriormente já era adotada por algumas empresas relatoras.

Os padrões da *GRI* são os primeiros padrões globais para relatórios de sustentabilidade. Estes apresentam uma estrutura modular e inter-relacionada e representam as melhores práticas globais para relatar uma variedade de impactos económicos, ambientais e sociais (GRI, 2019).

Segundo o CorporateRegister.com - CSR Report Directory¹², o maior website mundial on-line destinado a relatórios empresariais não financeiros, observamos que das 136 organizações estudadas e dos 699 relatórios analisados, que é na Europa onde se assiste a um maior número de publicações de relatórios de sustentabilidade, seguidamente da América do Norte e da Ásia (Gráfico 1).

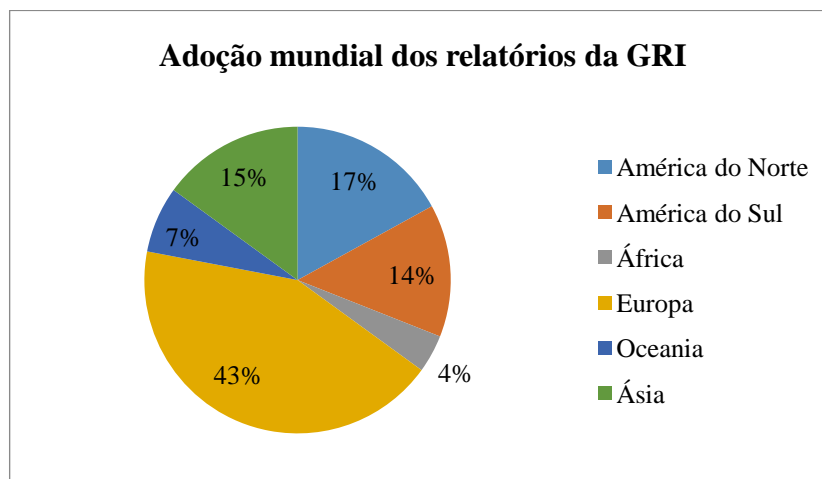


Gráfico 1 - Adoção mundial dos Relatórios da GRI

Fonte: *CorporateRegister*

No Gráfico 2, pode-se confirmar que em Portugal os relatórios publicados de acordo com a *GRI 4* e os Padrões *GRI* têm aumentado de ano para ano.

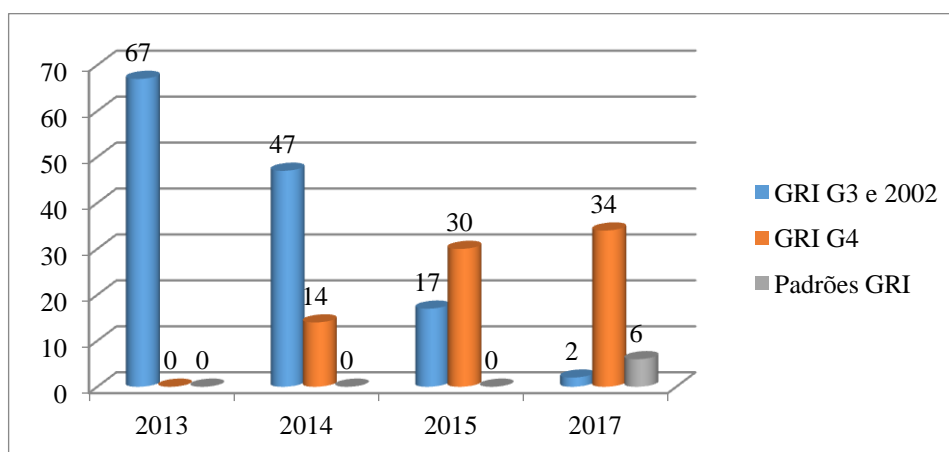


Gráfico 2 - Relatórios publicados em Portugal, de acordo com os padrões GRI

Fonte: *CorporateRegister*¹³

¹² Para mais informações: <https://www.corporateregister.com/livecharts/>, acedido em maio de 2020.

¹³ Para mais informações: <https://www.corporateregister.com/livecharts/>, acedido em maio de 2020.

Sendo a *GRI* que está na base da elaboração da maior parte dos Relatórios de Sustentabilidade, achamos importante propor o primeiro relatório de sustentabilidade na empresa onde a mestranda trabalha, de acordo com a referida diretriz. Com este relatório pretendemos dar mais transparência sobre o que está a ser feito no Grupo e respetivos impactos ao nível da sustentabilidade, não apenas internamente para os colaboradores como também, externamente, para os fornecedores, clientes e outros *stakeholders*.

Tendo em conta que o Relatório de Sustentabilidade que vamos apresentar é de uma empresa de Construção Civil, pensamos ser importante abordar também o conceito de Construção Sustentável.

3. CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL

3.1. Conceito

Uma organização ao apostar em negócios e em atividades onde a sustentabilidade é o compromisso base, está a comprometer-se para com a comunidade, tanto do ponto de vista da preservação ambiental, como do ponto de vista do sucesso económico e do bem-estar social.

Desta forma, a estratégia empresarial assente em práticas responsáveis trará à empresa inúmeras vantagens, das quais se evidenciam: o reconhecimento da marca perante o mercado o que faz com que as vendas aumentem progressivamente, o aumento do respeito dos colaboradores pela empresa, o isolamento perante a concorrência, entre outras, permitindo, neste sentido, que a empresa alcance a criação de valor (Friend, 2009).

A primeira definição conhecida do conceito de Construção Sustentável surgiu em 1994, na Conferência Internacional sobre Construção Sustentável, que teve lugar em Tampa, Florida. Na altura, Charles Kibert caracterizou este conceito, como “*a criação e o planeamento responsável de um ambiente construído saudável, com base na otimização dos recursos naturais disponíveis e em princípios ecológicos*” (Bragança, Mateus, & Gouveia, 2011).

De forma a melhor definir o conceito e a delimitar os principais objetivos e vantagens da Construção Sustentável, Charles Kibert, no âmbito da mesma Conferência, apresentou um conjunto de vetores fundamentais, aos quais chamou “*Os sete princípios para a Construção Sustentável*” apresentados na tabela 14.

Tabela 14 - Os sete princípios para a Construção Sustentável

1. Redução do consumo de recursos;
2. Reutilização máxima dos recursos possíveis;
3. Reciclar os resíduos da demolição e utilizar materiais reciclados;
4. Proteger os sistemas naturais;
5. Eliminar todos os materiais tóxicos em todas as fases do ciclo de vida;
6. Incorporar o custo total nas decisões económicas;
7. Promover a qualidade em todas as fases do ciclo de vida da construção.

Fonte: Adaptado (Bragança, Mateus, & Gouveia, 2011)

A sustentabilidade do sector da construção depende de uma mudança profunda na forma como os recursos são utilizados: passando de energias não renováveis para energias renováveis; de elevados níveis de produção de resíduos para elevados níveis de reutilização e reciclagem; e da seleção de produtos baseada no custo inicial mínimo para a seleção baseada no custo total do ciclo de vida (Kibert, Sendzimir, & Bradley, 2002).

Enquanto na construção convencional os fatores de competitividade são o custo, o tempo e a qualidade, na construção sustentável são incluídos fatores mais abrangentes. Tal como se apresenta na figura 7, na construção sustentável o objetivo passa pelo equilíbrio dinâmico entre fatores ambientais como por exemplo: a qualidade de vida e qualidade do ambiente construído, fatores sociais como a equidade social e herança social e os fatores económicos tais como o desenvolvimento economicamente sustentável (Vanegas, DuBose, & Pearce, 1995).

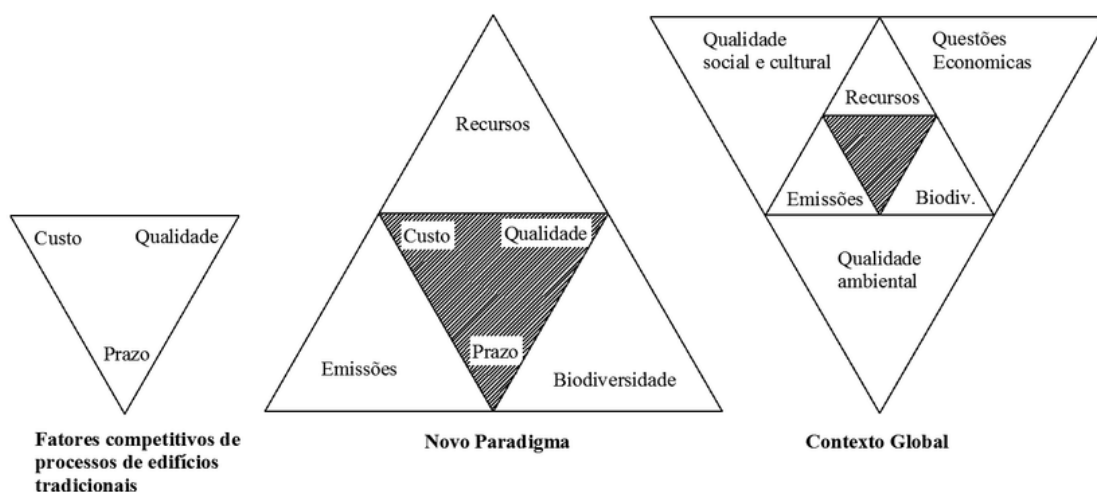


Figura 7 - Mudança no paradigma do processo tradicional de construção para a construção sustentável.

Fonte: Adaptado (Bragança, Mateus, & Gouveia, 2011)

Dentro do novo paradigma que é a construção sustentável, as estratégias emergentes que suportam a integração e inter-relação entre as dimensões do desenvolvimento sustentável são delineadas na tabela 15.

Tabela 15 - Novo paradigma de construção sustentável

Criar um ambiente construído saudável;
Melhorar a integração do ambiente construído nos sistemas ecológicos;
Modificar a avaliação económica dos projetos;
Evitar a necessidade de novas infraestruturas;
Reutilizar, reabilitar e adaptar os edifícios já existentes;
Recuperar, reciclar e reutilizar os resíduos;
Melhorar a eficácia e a eficiência das técnicas construtivas existentes;
Adaptar e desenvolver as soluções construtivas tradicionais;
Investigar e desenvolver novas soluções sustentáveis;
Incorporar os utilizadores nos processos de decisão.

Fonte: Adaptado (Bragança, Mateus, & Gouveia, 2011)

Na figura 8, apresentamos um resumo dos principais aspetos a ter em conta para obter uma construção sustentável.

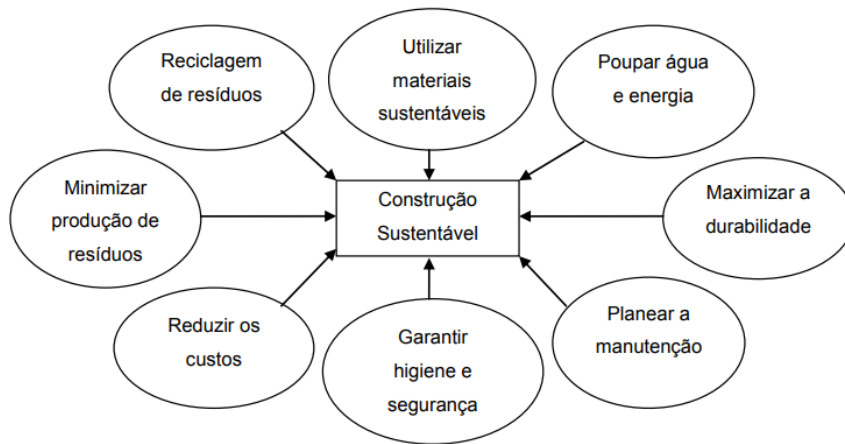


Figura 8 - Diagrama da construção sustentável

Fonte: Teodoro, N. F. G. (2011)

A Indústria da Construção, nomeadamente o sector dos edifícios, é um dos sectores económicos mais importantes na Europa. No entanto, continua a basear-se excessivamente em métodos de construção tradicionais e mão-de-obra não qualificada, sendo caracterizada pelo consumo excessivo de matérias-primas, de recursos energéticos não renováveis e pela excessiva produção de resíduos. Por exemplo, em Portugal, a maioria dos impactes do ambiente construído estão relacionados com o sector residencial (Mateus, 2009).

3.2. Práticas de Construção Civil Sustentáveis em Portugal

Os interesses económicos e a necessidade de se construir rapidamente colocaram de parte algumas das boas práticas ancestrais de construção, cuja adaptação às condições climáticas locais era uma das suas principais características. O desrespeito por estas regras implica o sobredimensionamento e/ou recurso a soluções tecnológicas, como por exemplo, sistemas de iluminação artificial e sistemas ativos de climatização, o que resulta no inevitável aumento dos consumos energéticos dos edifícios. Como grande parte da energia consumida nos edifícios é baseada em combustíveis fósseis esta

realidade resulta no aumento das emissões de gases de efeito de estufa, como por exemplo o CO₂, e consequentemente no agravamento do aquecimento global. Por esta razão é importante uma adequada gestão energética que minimize os consumos de energia e recorra a formas de energia menos poluentes e mais económicas (Farinha & Rocheta, 2007).

Em Portugal, a realidade revela que a maioria dos edifícios não são sustentáveis em termos de custos operacionais e de manutenção, nem fornecem um ambiente confortável e saudável para os seus ocupantes (Mateus, 2009).

A título de exemplo, refere-se o facto de 23% dos edifícios residenciais portugueses precisarem de algum tipo de intervenção de reabilitação e de a maioria dos seus proprietários, não apresentar capacidade financeira para os investimentos necessários (INE, 2001).

Contudo, é de referir que em Portugal, se tem observado algum investimento em diversas práticas, exemplificamos uma que foi a criação do Portal de Arquitetura e Construção Sustentável (PCS)¹⁴ criado pela arquiteta Aline Guerreiro, no ano de 2010. Este portal é dirigido para o consumidor em geral, promotores e projetistas, associações e indústrias da construção, empresas e profissionais do sector da construção, organizadores de feiras e congressos, organismos públicos e outras entidades. O objetivo do (PCS) é dar resposta à necessidade de um novo rumo para o sector da construção, no sentido da sua maior sustentabilidade, atuando como consultor de empresas do sector e apostando fortemente em ações que privilegiem a promoção das boas práticas para a qualidade construtiva, eficiência energética e reabilitação.

Este projeto pretende dar resposta a esta necessidade e desde o seu início que a sua atividade se baseia em:

- Disponibilizar informação atualizada sobre o sector dos edifícios, com enfoque na qualidade da construção, na eficiência energética e na reabilitação;
- Consciencializar a população e as empresas do sector para esta nova realidade, através de ferramentas *online* e projetos de sensibilização;
- Divulgar produtos e/ou serviços que respondam a esta realidade.

¹⁴ Para mais informações: <https://www.csustentavel.com/wp-content/uploads/2019/06/guia-archisummit19.pdf>, acedido em março de 2020

Consultando o portal encontramos inúmeras empresas das quais destacamos as que já aplicam a Construção Sustentável em Portugal:

1. **Onduline, Vila Nova de Gaia** – Implementação da Subtelha – Solução Eficiente. A empresa Onduline reduz a pegada de carbono com baixos consumos de energias primárias com a implementação de tecnologias de ponta e inovação no fabrico das suas placas de subtelha. A leveza deste material permite um transporte mais eficaz, diminuindo a emissão de CO₂. A composição deste material permite uma reciclagem de elevada quantidade por ano;
2. **Umbelino Monteiro, S.A., Meirinhas** – Desenvolvimento de dois modelos de telhas: o modelo Advance Premium Lusa e Marseille e o modelo UM Canudo. No primeiro modelo as telhas cerâmicas são produzidas através de uma criteriosa seleção e gestão eco-eficiente de argilas e de um sofisticado processo produtivo que lhe oferecem rigor, resistência, garantia e durabilidade. São ótimas para coberturas onde as condições climáticas menos desfavoráveis e para quem pretenda investir numa solução durável. O segundo modelo de telhas, as telhas UM Canudo, pelas suas manifestas vantagens funcionais e estéticas, são ótimas para a reabilitação de edifícios antigos como para utilizar na construção nova de habitações unifamiliares e empreendimentos turísticos de lazer e qualidade;
3. **Secil Tek, Maceira, Leiria** – Aplicação de um sistema de isolamento térmico de nome ISOVIT CORK pelo exterior composto por painéis de aglomerado de cortiça expandida (IBC), argamassa de colagem e barramento à base de Cal Hidráulica Natural (NHL) e também granulado de cortiça. Com a incorporação de granulado de cortiça consegue-se igualmente a substituição de agregados recurso não-renovável, aumentando o rendimento do produto na aplicação e diminuição de CO₂ durante o transporte, devido à diminuição de peso;
4. **Preceram, Pombal** – Utilização de tijolo térmico e acústico. A sua resistência térmica é o dobro relativamente a um tijolo tradicional equivalente. Ideal para a construção de paredes em alvenaria mais económicas, de montagem mais simples onde se exija ambiente com condições térmicas e acústicas estáveis e controláveis. Este tipo de tijolo permite minimizar o desperdício de energia para

a climatização, o que significa uma poupança anual de algumas centenas de euros;

- 5. Volcalis, Bustos, Azurveira** – Aplicação de lã mineral Volcalis, produto 100% reciclável e ecológico, à base de areia. É um excelente isolamento térmico e acústico possibilitando a redução do consumo de energia nos edifícios. A lã mineral é um mineral contra incêndio, não é combustível e não conduz calor. É utilizado seja em construções de novos edifícios ou em reabilitações, em tetos, divisórias, revestimentos de paredes e fachadas. Por ser altamente compressível, diminui em cerca de 10 vezes o número de transportes necessários, reduzindo assim, ainda mais as emissões de CO₂.

Para finalizar, esperamos que com o decorrer do tempo, os responsáveis deste setor melhorem as suas práticas sustentáveis podendo assim, contribuir um Planeta mais sustentável.

PARTE II



Building the Future



Relatório de Sustentabilidade

2018

Sustentabilidade

20



18



Building the Future

ÍNDICE

0.1 – Âmbito do Relatório

- 0.1.0 Perfil do Relatório
- 0.2.0 Contexto Macroeconómico
 - 0.2.1.1 - No Mundo
 - 0.2.1.2 - Na União Europeia
 - 0.2.1.3 - Em Portugal

1.0 – Apresentação do Grupo Universo Mineral Natural

- 1.0.1 Breve Sinopse Histórica
- 1.0.2 Marcos Históricos Recentes
- 1.0.3 Áreas de Negócios
- 1.0.4 Desempenho económico





Building the Future

1.1 – Estratégia de Sustentabilidade

- 1.1.1 A Nossa Filosofia
- 1.1.2 Gestão e perceção da sustentabilidade
- 1.1.3 Metas de Sustentabilidade
- 1.1.4 Desafios de uma economia circular





Building the Future

1.2- Ambiente

- 1.2.1 O nosso compromisso
- 1.2.2 Alterações climáticas
- 1.2.3 Biodiversidade



1.3– Responsabilidade Social

- 1.3.1 Higiene, saúde e segurança
- 1.3.2 Desenvolvimento pessoal
- 1.3.3 Diversidade e inclusão
- 1.3.4 Iniciativas de sensibilização ambiental
- 1.3.5 Iniciativas de envolvimento com a comunidade local
- 1.3.6 Prémios
- 1.3.7 Parcerias

0.1 - ÂMBITO DO RELATÓRIO

0.1.0 Perfil do relatório

O Universo Mineral Natural, S.A. apresenta o seu Relatório de Sustentabilidade relativo ao ano de 2018. Este Relatório procura dar respostas ao Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho, que altera a Diretiva 2013/34/EU, no que se refere à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de grandes empresas e grupos. Será elaborado tendo por base as Normas da *GRI – Global Reporting Initiative*. Os dados apresentados são consolidados e resultam da atividade da empresa em Portugal, assim como na Roménia e em Moçambique. Para uma análise resumida dos indicadores *GRI*, deve ser consultada a Tabela *GRI* no final deste relatório. Procurando responder aos interesses e expectativas dos seus *stakeholders*, o documento aborda as temáticas mais relevantes da sustentabilidade no Universo Mineral Natural, S.A. envolvendo os colaboradores no Universo, o Ambiente e a Comunidade. A cada dia, passamos a conhecer melhor os nossos impactos e tentamos atuar proactivamente, tanto na

minimização dos seus efeitos negativos, como na otimização dos seus efeitos positivos. Adotamos as melhores práticas e prestamos anualmente contas dos resultados atingidos, antecipando condicionalismos e tendências com reflexo no nosso desempenho. A Natural Betão, S.A. é membro da Associação Portuguesa das Empresas de Betão Pronto – APEB há mais de uma década, tornando-se em 2017 o administrador da empresa Natural Betão, S.A., presidente da APEB. Importa ainda referir que o Universo Mineral Natural iniciou em 2017 uma auscultação alargada dos seus *stakeholders*, auscultação essa que deverá permitir à empresa ter uma visão mais atualizada e abrangente dos interesses e expectativas dos mesmos, podendo assim ajustar a sua gestão e relato de sustentabilidade.

“Os desafios são constantes e permanentes. Devemos, por isso, continuar a apostar na inovação e no desenvolvimento, bem como na otimização dos recursos disponíveis”

Presidente da APEB, julho de 2019

0.2.0 - Contexto Macroeconómico

0.2.1.1 - No Mundo

De acordo com dados do Banco Mundial, a economia mundial terá crescido 3% em 2018, abaixo do esperado atendendo à aceleração registada no início do ano. As tensões relacionadas com as “guerras comerciais”, sobretudo entre EUA e China com consequências num número alargado de países, a incerteza política, o Brexit, foram alguns dos fatores responsáveis pela desaceleração do Produto Interno Bruto mundial e permanecem como riscos para 2019 e 2020, prevendo-se a continuação do abrandamento do crescimento mundial para 2,9% em 2019 e 2,8 % em 2020 e 2021.

A duas maiores economias mundiais, os EUA e China cresceram 2,9% e 6,5%, respetivamente em 2018, prevendo-se ritmos de crescimento económico mais baixo em 2020 e 2021, para 2,5% e 6,2%, respetivamente.

O quantitative easing na Europa, a crise do crédito nas economias emergentes, a subida das taxas de juro norte-americanas e o abrandamento da economia chinesa são ameaças reais ao crescimento económico mundial e

poderão afetar sobremaneira as economias periféricas.

0.2.1.2 - Na União Europeia (UE)

Segundo o gabinete estatístico da UE, o Eurostat, em 2018, o Produto Interno Bruto da zona euro avançou 1,8% e o da UE 1,9%, face aos 2,4% registados em ambas as zonas em 2017. No quarto trimestre de 2018, o PIB da zona euro cresceu 1,2% em termos homólogos e 0,2% em cadeia, face aos 1,6% e 0,2% registados no período anterior, respetivamente.

Os principais agentes económicos europeus acreditam que irá haver moderação do ritmo do crescimento económico na zona euro, como apresenta a figura 3, devido a alguns dos fatores responsáveis pelo abrandamento mundial, assim preveem também uma redução da taxa de inflação 1,7% de 2018 para 1,2% em 2019, não se prevendo, contudo, risco de recessão e deflação. O Banco Central Europeu deixou um alerta para que os Estados Membros implementem reformas estruturais para reduzir o desemprego, aumentar a produtividade e melhorar o potencial de crescimento.

0.2.1.3 - Em Portugal

A economia portuguesa cresceu 2,1% em 2018, menos 0,7 pontos percentuais que em 2017, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística. O PIB, como mostra a figura 4 em termos homólogos, aumentou 1,7% em volume no quarto trimestre de 2018 (2,1% no trimestre anterior) e, face ao terceiro trimestre, avançou 0,4% (0,3% no trimestre anterior).

Quanto à inflação Portugal registou uma taxa de 1,4% de acordo com as projeções económicas do Banco de Portugal, que compara com 1,7% da zona euro, prevendo para 2019 a manutenção do nível registado em 2018.

No que diz respeito à taxa de desemprego a mesma entidade prevê a continuação da redução para 6,2% em 2019, face aos 7,0% de 2018, em ambos os casos inferiores aos registos da zona euro de 8,2% e 7,9%, registados em 2018 e previstos para 2019, respetivamente.

1.0 – APRESENTAÇÃO DO GRUPO UNIVERSO MINERAL NATURAL

1.0.1 - Breve Sinopse Histórica

A empresa iniciou a sua atividade em 1977, em nome individual.

Após várias reestruturações e tendo presente o objetivo de uma permanente atualização e evolução, nasce em 1990 o **Grupo Mineral Natural, S.A.**, que, numa estratégia de inovação, aposta na prestação de serviços altamente profissionais, posiciona a sua atuação nas áreas de Vias de Comunicação e Obras de Urbanização, Construção Civil e Remodelações de Habitações, Obras Hidráulicas e Instalações Especiais.

Num mercado caracterizado por uma constante evolução, esta empresa procura manter uma postura de permanente acompanhamento dos avanços técnicos e tecnológicos, em todos os ramos da sua atividade.

Nessa perspetiva, esta empresa tem como permanente objetivo oferecer aos seus clientes soluções profissionais, completas e integradas, aplicando as mais avançadas tecnologias e utilizando a grande capacidade técnica dos seus recursos.

A Empresa apresenta-se hoje com uma estratégia personalizada e eficiente, próxima dos Clientes a quem presta serviços.

Atualmente o **Universo Mineral Natural, S.A.** tem por princípio, fornecer produtos e serviços capazes de responder às necessidades e constantes exigências de qualidade, ambiente e segurança, nas seguintes atividades:

- **Construções Natural, S.A.** - Construção, Beneficiação e Conservação Corrente de Vias de Comunicação; outras Infraestruturas; Conceção de Obras; Obras de Urbanizações e Requalificação Urbana; Obras de Construção Civil, Conceção e Produção de Misturas Betuminosas a Quente e a Frio, e de Betão Pronto, Exploração de Pedreiras e Produção e comercialização de Agregados;
- **Natural Betão, S.A.** - Comercialização, transporte e bombagem de Betão Pronto.
- **Natural Transportes, S.A.** - Transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem (nacional/internacional);

- **Natural Ambiente, S.A.** - Limpezas Urbanas e Serviços Ambientais;
- **Natural Imobiliária, S.A.** - Atividade imobiliária e Construção;
- **Natural Industria Extrativa, S.A.** - Exploração de pedreiras, produção e comercialização de agregados e de produtos de pedra.

A crescente competitividade no sector da construção tem vindo a acentuar a necessidade de uma maior preocupação com a problemática da produtividade, condição fundamental para as empresas que pretendam melhorar o seu comportamento num espaço económico cada vez mais alargado.

A sede da **Mineral Natural, S.A.**, é constituída por:

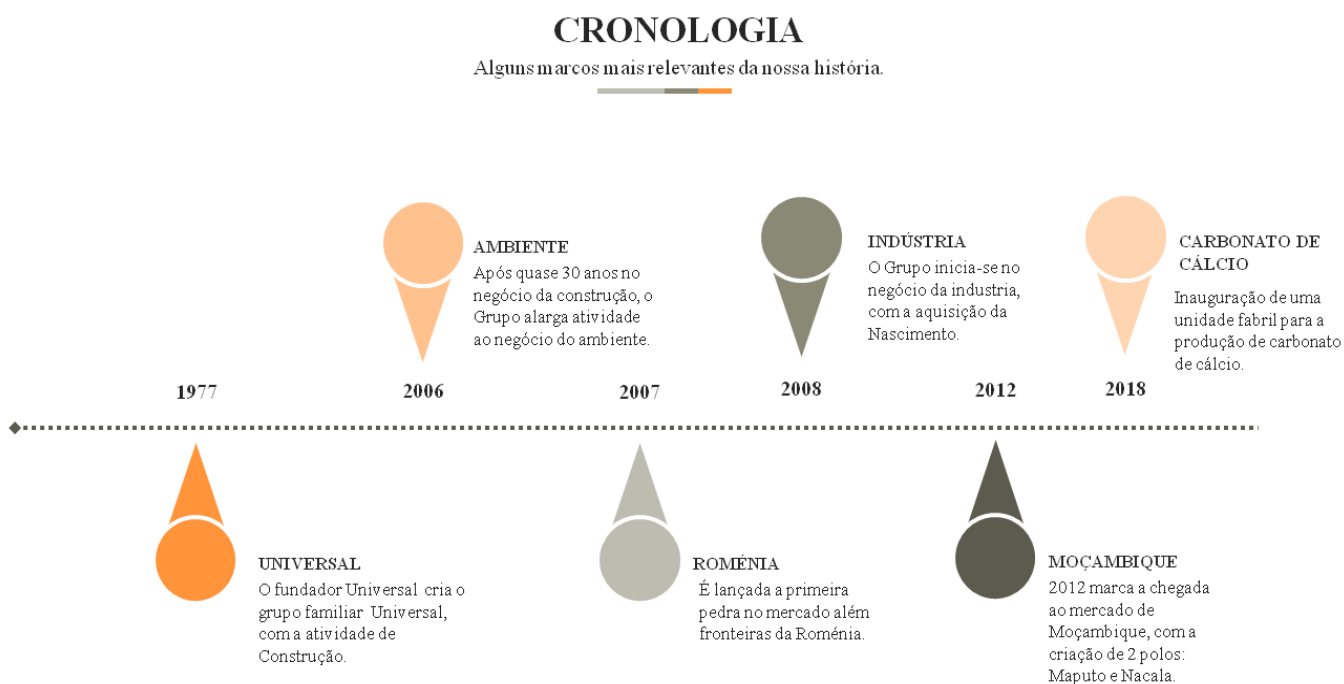
- Edifício de serviços administrativos, técnicos, comerciais e sociais;
- Oficina de apoio e manutenção;
- Secção de peças e aprovisionamento;
- Instalações de apoio aos operários;
- Armazém de matérias-primas;
- Parque de viaturas e máquinas;
- Posto de abastecimento de combustível.



Mais do que um grupo internacional, o Universo Mineral Natural é uma família de pessoas dinâmicas, rigorosas e inovadoras.

1.0.2 - Marcos Históricos Recentes

A Cronologia abaixo mostra a evolução e crescimento e conquistas do grupo Universo Mineral Natural, S.A. desde o seu primeiro dia até ao ano de 2018.



1.0.3 - Áreas de Negócio

O dinamismo e profissionalismo do grupo têm-lhe permitido estar posicionado no mercado de forma sustentada e sólida.

O grupo atua em 3 grandes áreas: Construção, Ambiente e Indústria.

A Construção é o negócio *core business*. Com mais de 40 anos de

presença no Mercado, intervém ao nível das redes viárias, construção civil, reabilitação urbana, redes de água e de saneamento, requalificação de passivos ambientais, obras marítimas, reabilitação da costa, entre muitas outras.

A atuação na área do ambiente tem sido estratégica, não só por se acreditar na sua sustentabilidade, como também pela

capacidade de acrescentar valor ao Mercado.

O negócio da indústria é o mais recente do grupo. A exportação de pedra natural permite o grupo estar presentes em mais de 15 países.

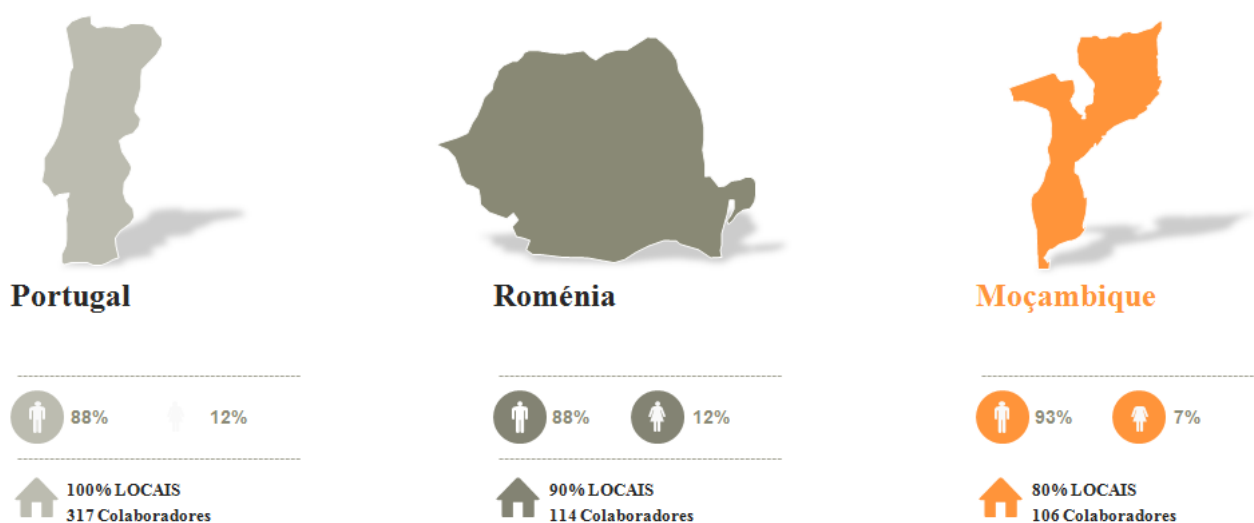


A experiência é muito vasta. A empresa possui pequenas, médias e grandes obras, porque tem a capacidade de implementar o modelo de gestão mais eficaz e eficiente a cada obra.



Área de Posição:

Para além de Portugal, o grupo conseguiu expandir-se para a Roménia e Moçambique.



1.0.4 - Desempenho económico

A empresa Construções Natural, S.A. consiste essencialmente na prestação de serviços de empreitadas de obras públicas e particulares, mas também na venda de betão pronto, venda de betão betuminoso e cedência de gasóleo a empresas do grupo. O volume de negócios, totalizou os 35M€, crescimento de 6M€ face a 2017, ou seja, houve um aumento do volume de negócios de 21%. Para além de se

produzir mais, também se produziu melhor, por isso, a previsão de fecho indica para uma melhoria do resultado EBITDA em 55%, ou seja, cerca de 1,3M€ face a 2017, posicionando-se acima dos 3,5M€. A 31-12-2018, a empresa registava uma autonomia financeira de 49%.



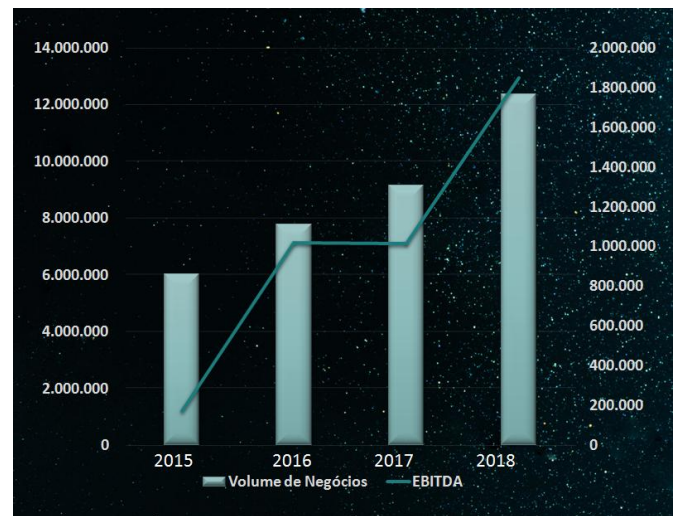
O Grupo orgulha-se de trabalhar e colher bons resultados. Apaixona-se em estudar o que passa à sua volta.

Para 2019, tem como objetivos financeiros um crescimento de 11% em atividade, e uma melhoria do resultado em 13% aplicável a todas as empresas.

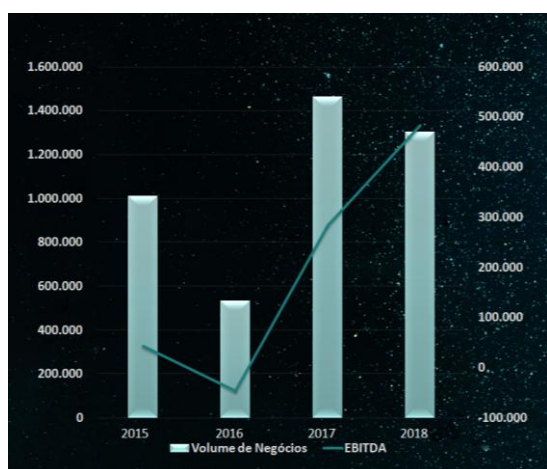
O dinamismo e profissionalismo do grupo têm-lhe permitido estar posicionado no mercado de forma sustentada e sólida.

Para além disso, o rigor e a procura continuada pela qualidade e excelência são outros dos fatores que distinguem este grupo no mercado.

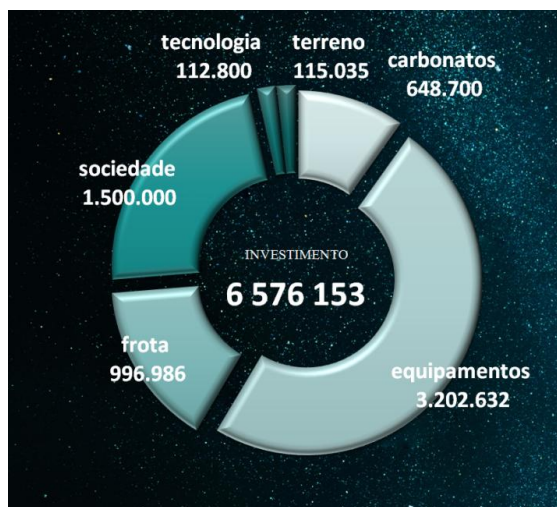
Continuando ainda no setor da construção, e fisicamente a cerca de 4000km, existe a Empresa Natural Roménia onde o ano de 2018 foi também um ano de vitórias. A atividade cresceu em valor cerca de 3,2M€. O resultado foi significativamente melhor, em cerca de 1M€, ou seja 82% melhor face a 2017. Foi um ano muito positivo para a Roménia. O volume de negócios sofreu um aumento de 35% e uma melhoria do EBITDA em mais de 82%. No fim de 2018 a empresa apresentava uma autonomia financeira de 65%.



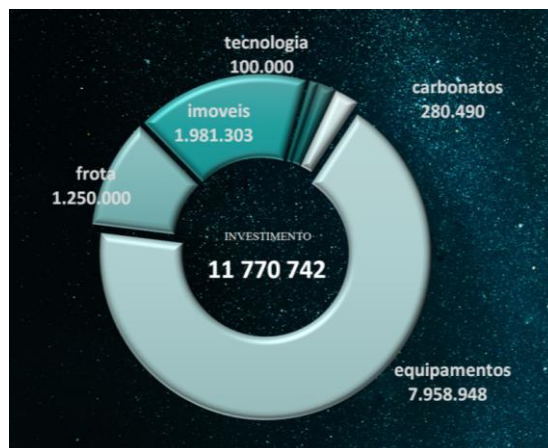
No outro lado do Globo, mais concretamente em Moçambique em 2018 houve uma ligeira redução de atividade de 100.000€, compensada por uma melhoria do resultado EBITDA em cerca de 200.000€ face a 2017. Observa-se uma redução do volume de negócios de 11%, mas uma melhoria do EBITDA em mais de 70%.



É preciso continuar a vender bem e a produzir cada vez melhor. Por isso, foi feito em 2018, um investimento de cerca de 6,5M€ para reforçar a posição da empresa no mercado.



Para uma melhor reafirmação o Grupo para o ano de 2019, tem previsto um investimento global de mais de 11M€.



1.1 – ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE

1.1.1 - A Nossa Filosofia

No Universo Natural, S.A. cada dia é uma oportunidade para uma nova conquista. O Universo Natural, S.A. entende que a sua Visão, Missão e Compromissos, conhecidos e partilhados por todos os seus Colaboradores, constituem o referencial para o posicionamento e ação perante os seus Clientes, Fornecedores, Comunidade e demais partes interessadas.

Temos como Missão

Promover a marca Natural e garantir o seu desenvolvimento sustentável, a fim de alcançar uma posição de destaque através da nossa experiência, rigor e qualidade em todos os projetos.

Temos como Visão

Consolidar a posição nos mercados, apostando na inovação, diversificação dos negócios e complementaridade, a fim de proporcionar aos clientes a confiabilidade necessária que nos torna a escolha preferida.

Temos como Compromisso

Ter orgulho nos resultados obtido pelo trabalho realizado e dedicado a contribuir para o sucesso dos clientes. Valores como trabalho em equipa, família, qualidade, rigor, disponibilidade são uma parte importante da identidade da empresa.

O conhecimento no negócio é transversal aos vários ramos de atividade. Mas, mais do que saber fazer, são os valores que orientam a empresa: rigor, qualidade, equipa, família e disponibilidade.

Fazer negócios com integridade é a base do nosso caminho em benefício da sustentabilidade, procuramos

construir e manter uma relação de confiança com os nossos clientes, acionistas, colaboradores e fornecedores.

1.1.2 - Gestão e perceção da sustentabilidade

O Universo Natural, S.A. acredita no desenvolvimento económico sustentado por políticas ambientalmente responsáveis. Isso significa que o grupo procura constantemente orientar o seu caminho com políticas de atuação que combinam a prossecução do lucro económico com a máxima eficiência ao nível dos recursos utilizados. Os resultados são monitorizados através de indicadores ambientais e sociais, nos quais o Universo baseia a sua análise, envolvendo a gestão da empresa e entrevistando clientes, fornecedores e outros *stakeholders*.

Ao utilizar as Diretrizes da *GRI*, divulgamos os nossos resultados mais críticos – sejam eles positivos ou negativos – sobre o meio ambiente, a sociedade e a economia. Com este relatório, esperamos gerar informações fiáveis, relevantes e padronizadas para avaliar oportunidades e riscos e possibilitar uma tomada de decisões mais consciente e informada.

O Universo Natural não vai mudar de negócio. Vai continuar a construir, a produzir pedra, betão, (...) é nestas atividades que o grupo é bom. Mas, percebemos que temos de ir mais além, que temos que fazer algo diferente!

Porquê?

Porque o mercado está cada vez mais exigente: os colaboradores, os clientes, ou seja, o meio envolvente. O Universo Natural Mineral, S.A. precisa de fazer algo diferente, de fazer melhor! E para isso precisamos e devemos melhorar estas 4 áreas:

+ Satisfação

+ Segurança

+ Ambiente

+ Inovação

São estas 4 áreas que o Grupo precisa de melhorar para conseguir atingir os resultados pretendidos.

+ Satisfação = Foco no cliente

Quando se fala em mais satisfação, fala-se em ter um cliente mais satisfeito. Temos de ouvir o nosso cliente e ele tem que estar satisfeito por trabalhar com a nossa empresa, seja a vender carbonato de cálcio, betão, seja a fazer uma estrada ou a construir um muro. O Grupo tem que ser mais cuidadoso no trabalho e deixar o espaço mais limpo. O cliente tem que sentir que a empresa está mais atenta e a melhorar.

+ Segurança

Esta é a maior batalha. O Grupo tem de se envolver neste tema e tem de estar mais preocupado com os colaboradores. Conhecer bem os colaboradores é fundamental, tem de haver um espaço de trabalho em que o colaborador esteja seguro, o Grupo esteja seguro. Os equipamentos têm que ter boas condições de segurança. É preciso, urgentemente, que acabar com os acidentes de trabalho. Em 2018 houve 11 acidentes de trabalho, 1 acidente mortal. O que dá uma média de 1 acidente por mês.

+ Ambiente

É preciso ser mais verde. Desde sempre houve a preocupação em reduzir os resíduos. É importante que o cliente conheça quais os produtos e os processos que já se fazem a alguns anos para reduzir os resíduos. Além de os divulgar, é preciso criar novos produtos verdes. Ainda há algum preconceito relativamente aos produtos reciclados, a maior parte dos clientes não estão informados, portanto, tem de haver a responsabilidade de os informar.

+ Inovação

Todos os anos se fala em mais inovação. Sim, porque esta é uma área em que todos os colaboradores do Grupo têm feito alguma coisa, todos têm feito processos novos. Mas é preciso processos mais simples, precisamos de processos mais rápidos. Porque tudo é muito burocrático e há a necessidade de os tornar mais simples para se poder chegar mais depressa aos resultados. É no dia-a-dia que se tem de procurar digitalizar os processos, criar processos digitais, pensar como esses projetos se podem concretizar e implementar e o mais importante:

divulgar para os se poder

implementar. Com esta melhoria de processos pode-se criar uma ferramenta que vai possibilitar avaliar melhor a estrutura da empresa, vai permitir conhecer melhor os colaboradores e dar-lhe o feedback a tempo.

No ano de 2018, responsabilizou-se um colaborador e criou-se um departamento: “Gestão de Projetos e Melhoria Contínua”. O objetivo é reduzir processos. Foi feito um apanhado por departamento de cada função de cada colaborador e do tempo que cada colaborador demorava a realizar a sua tarefa, com isto, e ao longo do tempo, foi-se conseguindo implementar e reduzir processos desnecessários assim como uma melhoria dos processos administrativos.

1.1.3 – Metas de Sustentabilidade

Com base na análise de materialidade, que consiste numa avaliação das questões de sustentabilidade mais significativas para o Grupo e para os seus stakeholders, o Universo identificou um conjunto de áreas de melhoria e estabeleceu metas a serem alcançadas até 2020:

	OBJETIVOS 2020 (BASE: 2017)	AÇÕES E MEDIDAS	STATUS
Emissões de Carbono	Aumentar o desempenho ambiental dos nossos locais de trabalho;	Aumentar as taxas de carga dos veículos pesados;	Início das operações de 8 veículos pesados com a mais recente tecnologia de emissões Euro VI;
	Melhorar os nossos relatórios sobre questões ambientais;	Estabelecer acordos com os clientes com o objetivo reduzir a frequência de entregas;	Adaptação de frota de veículos ligeiros, em Portugal, por veículos elétricos ou híbridos <i>plug-in</i> .
	Reduzir as emissões de frota de veículos ligeiros e pesados da empresa;	Diminuir o consumo de combustível: formação de condução de veículos pesados com foco na poupança de combustível;	Foram estabelecidos procedimentos internos e formação de colaboradores com o objetivo de se obter dados mais completos sobre o consumo de materiais, água, resíduos e as deslocações por motivos de trabalho;
		Utilizar veículos elétricos ou híbridos <i>plug-in</i> nas deslocações de colaboradores	

	OBJETIVOS 2020 (BASE: 2017)	AÇÕES E MEDIDAS	STATUS
Energia	Redução do consumo de energia em 10%	Poupar energia nos locais de trabalho: uso mais económico de aparelhos de ar condicionado, controlo inteligente de luzes, promoção da ação recorrente de “desligar as luzes” quando não são necessárias;	Reduzir o impacto ambiental relacionado com viagens, promovendo, por exemplo, o uso de sistemas de vídeo-conferência.
	Aumento do uso de energia renovável	Promover, de forma progressiva, o uso de “energia verde” nos locais de trabalho.	

	OBJETIVOS 2020 (BASE: 2017)	AÇÕES E MEDIDAS	STATUS
Água	Redução do consumo de água em 3%;	Poupar água nos locais de trabalho: uso mais controlado de água.	Apesar das campanhas de redução do consumo de água o consumo total do Grupo aumentou em 6%.

	OBJETIVOS 2020 (BASE: 2017)	AÇÕES E MEDIDAS
Segurança	Implementar relatórios de saúde e segurança mais completos a nível do Grupo até ao final de 2018;	Melhorar localmente a gestão da saúde e segurança no trabalho;
	Promover atividades para aumentar a consciencialização de lesões e acidentes entre os colaboradores.	Reduzir riscos de saúde e segurança;
		Aumentar a formação dos colaboradores relacionada com saúde e segurança;
		Melhorar os relatórios internos de saúde e segurança a nível do Grupo.

O Universo está empenhado na gestão sustentável dos recursos naturais e na efetiva proteção do meio ambiente, essencial para o crescimento económico e para o bem-estar dos indivíduos e da sociedade.

“Um dos grandes objetivos é a valorização do betão na construção nova e na reabilitação”

Presidente da APEB, julho de 2019

	OBJETIVOS 2020 (BASE: 2017)	AÇÕES E MEDIDAS	STATUS
Betão	Reduzir o consumo no betão de cinzas volantes.	Aumentar o investimento em energias renováveis e acabar com a produção de energia com base no carvão.	A terminar a compra de cinzas volantes às centrais termoelétricas de Sines e Pego.
		Substituir o consumo de cinzas volantes por cimento.	
	Produção de Betão	<ul style="list-style-type: none"> • 40% da água é reutilizada; • 10% da sua composição contém agregados reciclados de betão. 	
	100% dos resíduos provenientes da produção de misturas betuminosas são reaproveitados nos centros de produção	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de misturas betuminosas a quente; • Produção de misturas betuminosas a frio; • Produção de Agregados Reciclados. 	
		No ano de 2018 o Grupo Mineral Natural reciclou/reaproveitou cerca de 60% dos resíduos que produziu/recebeu que totalizaram cerca de 45 000 toneladas	

O Decreto-Lei nº73/2011 que transpõe a diretiva nº 2008/98/CE prevê o seguinte: Art 7 nº 8:

“(...) sempre que tecnicamente exequível, é obrigatória a utilização de pelo menos 5 % de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra, no âmbito da contratação de empreitadas de construção e de manutenção de infraestruturas ao abrigo do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.”

	OBJETIVOS 2020 (BASE: 2017)	AÇÕES E MEDIDAS	STATUS
RCD'S - Resíduos de Construção e Demolição	Estabelecimento de hierarquia de gestão de RCD que privilegie a reutilização seguida de triagem dos RCD cuja produção não é passível de prevenir;	É ainda estabelecida a meta de 70% para a reutilização, reciclagem e outras formas de valorização material, de RCD'S a cumprir até 2022.	Criação de um ou mais ecocentros para RCD'S, por concelho, dependendo da dimensão e da pressão existente, os quais seriam alargados sempre que a pressão o justificasse.
	Reutilização de solos e rochas não contendo substâncias perigosas, preferencialmente na obra de origem ou noutras obras, bem como na recuperação ambiental e paisagística de pedreiras, na cobertura de aterros destinados a resíduos ou em local licenciado pelas câmaras municipais		Reutilização dos RCD'S
	Obrigatoriedade de triagem prévia à disposição dos RCD em aterro;		Criação de um regulamento de utilização. O cumprimento por parte dos produtores, deverá ser fiscalizado, para assim a reutilização ser ambientalmente mais eficaz e menos onerosa para os municípios.
	Aplicação de RCD em obra condicionada à observância de normas técnicas nacionais ou comunitárias.		

Na Natural Ambiente, S.A., todos os RCD'S passíveis de reaproveitamento, serão triados, separados e reutilizados, sob o primado da economia circular.

Certificações:

O Grupo Mineral Natural, S.A., conta com a certificação de qualidade das normas de Qualidade NP ISSO 9001:2015, Ambiente NP ISO 14001:2015 e Segurança OHSAS 18001:2007, para além de que as centrais instaladas no Algarve contam com certificação do Controlo Produção de Betão segundo a norma NP EN 206-1:2007.



QUALIDADE

NP ISO 9001:2015



AMBIENTE

NP ISO 14001:2015



SEGURANÇA

OHSAS 18001:2007

1.1.4 - Desafios de uma economia circular

A Natural Betão, S.A. orgulha-se em estar sempre pronta para responder a todos os desafios lançados pelos seus Clientes. A Natural Betão, S.A. tem vindo a crescer de forma sustentável, apostando fortemente na economia circular e na reciclagem, através do forte aproveitamento de sinergias dentro do grupo, mormente por via da Natural Ambiente, S.A. Hoje é uma realidade, o Universo Natural Mineral, S.A. já dispõe de marcação CE de agregados reciclados.

A nova fábrica tem 3 vezes mais capacidade, com custo de produção mais baixo e com produtos diferentes para diferentes mercados com maior valor acrescentado. Apostar na economia circular dentro do Grupo Mineral Natural, S.A. com o aproveitamento e rentabilização de um subproduto resultante da britagem de pedra. Aproveitamento das características ímpares da matéria-prima.

O financiamento provém do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) que tem por objetivo fortalecer a coesão económica

e social na União Europeia colmatando os desequilíbrios entre as regiões.

O projeto beneficia ainda da sinergia proveniente da parceria com a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa.

1.2 – AMBIENTE

1.2.1 – O Nosso Compromisso

As nossas atividades, os nossos processos operacionais e os nossos produtos procuram minimizar os efeitos adversos no meio ambiente e na sociedade.

Todos os dias, existe a preocupação em mitigar os impactos da atuação no meio ambiente, através do investimento em melhores tecnologias e adequada formação aos colaboradores. O objetivo para 2019-2020 é reduzir as emissões CO2 da frota, tentando adaptar a frota e utilizar combustíveis alternativos. Irá ser disponibilizado regularmente ao público os dados referentes ao desempenho ambiental.

1.2.2 – Alterações Climáticas

Cientes de que temos de Poluir Menos!

Para isso, a aquisição da nova frota foi feita com base e de acordo com a Norma EURO VI com o objetivo de reduzir as emissões de CO₂. Atualmente, a regra EURO VI aplica-se aos veículos pesados.



Desta forma consegue-se a médio e longo prazo:

- Reduzir o consumo de combustível, o que reduz as emissões contaminantes e as emissões de CO₂ relacionadas com o efeito estufa. Um menor consumo de combustível implica uma redução das emissões destes compostos.

Contudo, ainda se pode melhorar mais:

- Utilizando um bom AdBlue para regeneração dos gases.

Este líquido incolor altamente purificado usado em motores a diesel e usando a tecnologia SCR (um meio de conversão dos óxidos de nitrogénio (NO_x) em água e nitrogénio (sem os óxidos)), reduz as emissões nocivas (NO_x). O AdBlue é injetado no catalisador do sistema SCR, onde desencadeia uma reação química como o amoníaco.



Essa reação química converte os óxidos de nitrogênio tóxicos (NO_x) em nitrogénio (N₂) e vapor de água (H₂O). O vapor de água e o nitrogénio são gases naturais que são inofensivos ao meio ambiente.

Mas queremos fazer melhor!

Vai ser analisado em adaptar o nosso posto de abastecimento de Gasóleo da Repsol na sede da empresa para poder receber também AdBlue.



1.2.3 - Biodiversidade

O Universo Mineral Natural, S.A. reconhece a importância da biodiversidade na gestão da sustentabilidade da sua atividade. Com o objetivo de diminuir o seu impacto sobre a biodiversidade, o Universo Mineral Natural, S.A. tem vindo a desenvolver estratégias, nomeadamente através da implementação de Planos de Recuperação Paisagística nas três pedreiras e Planos de Ação para a Promoção da Biodiversidade. Estes planos baseiam-se na suposição de que um sistema totalmente reabilitado engloba não só a composição estrutura das comunidades vegetais e animais, mas também a recuperação das funções e dos processos naturais do ecossistema.

A exploração de pedreiras, quando realizadas a céu aberto, provoca modificações na paisagem. Como tal, é fulcral que existam projetos de intervenção e de gestão na recuperação dessas áreas.

Pretende-se, reconstituir o ecossistema pré-existente ou envolvente com intervenções que promovam os processos naturais de regeneração, numa perspetiva de restauro ecológico.



Neste contexto, é importante recorrer ao conhecimento científico sobre as espécies vegetais, a sua aptidão para colonizar este tipo de *habitats*, as condições ambientais necessárias para o seu estabelecimento e crescimento, a sua função no ecossistema e as interações ecológicas que tenderão a estabelecer. Poderão assim delinear-se planos de recuperação com maior probabilidade de sucesso, quer do ponto de vista da integração paisagística, quer da sustentabilidade do novo sistema.

Posto isto, O Universo Natural Ambiente, S.A. em conjunto com o Universo Natural Indústria, S.A., tem feito obras de reabilitação de espaços como se mostra nas imagens abaixo:



Reabilitação de talude no IC2, Rio Maior para a Infraestruturas de Portugal.



Reabilitação do canal GPM do aproveitamento hidroagrícola Vale do Sado.



Reabilitação do porto das Barcas, Lourinhã.

Para o ano de 2019 o Universo Mineral Natural já tem um grande desafio em mãos. A reabilitação urbana do Jardim de Leiria, de nome, Jardim da Almuíña. Projeto Sublime para a Câmara Municipal de Leiria. Uma obra com duração de 11 meses e com 6.4 hectares.



O espaço verde da cidade vai contar com centenas de árvores, um lago e a continuidade de percursos pedestres ao longo do rio Lis, estando garantidas as acessibilidades a pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada.

1.3 – RESPONSABILIDADE SOCIAL

1.3.1 – Higiene, Saúde e Segurança

O Universo Mineral Natural, S.A. está fortemente empenhado em apoiar e respeitar os direitos humanos, garantindo que os mesmos não são violados nas suas operações. Seguindo as normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), compromete-se a não realizar trabalho forçado, discriminação no trabalho, trabalho infantil e a respeitar a liberdade de organização e negociação coletiva, bem como a respeitar a igualdade salarial entre géneros. A gestão de Recursos Humanos do Grupo está organizada de forma descentralizada, tendo em conta as diferentes diretrizes de direito do trabalho em cada país onde o Universo está presente.

Com a determinação em cuidar dos colaboradores melhorando as condições de saúde, higiene e segurança nos locais de trabalho, apostando no desenvolvimento, o Grupo é uma empresa inclusiva e que aposta na diversidade. A comunicação interna tem de ser uma ferramenta essencial para se conseguir chegar a todos!

A Política da Qualidade, Ambiente e Segurança do Universo Mineral Natural define os seguintes princípios:

- 1 - Controlo dos processos: Implementar indicadores da qualidade, ambiente e segurança, para controlo;
- 2 - Cumprimento dos requisitos legais: incluindo requisitos relacionados com os aspetos ambientais e os perigos para a saúde e segurança no trabalho, bem como outros requisitos aplicáveis;
- 3 - Assegurar ações e procedimentos para prevenção das lesões, ferimentos e danos para a saúde;
- 4 - Satisfazer os clientes: responder às solicitações, propor soluções e ir ao encontro das expectativas;
- 5 - Prevenir a Poluição: Aplicar boas práticas de gestão ambiental, nas suas atividades e instalações;
- 6 - Utilizar racional dos recursos naturais e energéticos, com vista à sua minimização;
- 7 - Identificar e avaliar continuamente os perigos para a saúde e segurança no trabalho, e os aspetos e impactes ambientais associados às atividades;
- 8 - Rever, periodicamente, o sistema de gestão de forma a adequá-lo à constante evolução da empresa;
- 9 - Melhorar continuamente a eficácia do sistema de gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança.

Política de Recursos Humanos

Pede-se a todos os colaboradores o compromisso pessoal para o cumprimento da Política de Recursos Humanos:

1	Diversidade e Igualdade
2	Reconhecimento e Mérito
3	Atração e Compromisso
4	Equilíbrio entre a vida pessoal e profissional
5	Desenvolvimento
6	Prevenção e Segurança
7	Gestão da Mudança

5. Verificar as ferramentas e equipamentos de trabalho antes de as utilizar;
6. Intervir em equipamentos que estejam parados e seguros;
7. Respeitar sinalética, avisos e sinais de emergência;
8. Tomar ações imediatas e reportar todas as situações inseguras.



O nosso profundo compromisso com os Direitos Humanos é extensível a toda a nossa cadeia de valor, desde os nossos colaboradores a clientes e fornecedores.

Regras de Compromisso Pessoal:

1. Preocupar-se com a sua segurança e com a dos outros colegas;
2. Usar sempre o Equipamento de Proteção Individual;
3. Verificar e seguir os procedimentos de segurança para o trabalho;
4. Manter o local de trabalho limpo, arrumado e seguro;



Desafios 2019-2020

Foi lançado um desafio ao Grupo Universo Mineral Natural, S.A. para desenvolver um Roadmap de Segurança para o período de 2019-2020.

Objetivos:

Desenhar o caminho de segurança a percorrer, dando a conhecer as ações e os projetos a realizar em cada local e os resultados esperados com a implementação dessas medidas.

Com o aumento da preocupação e da relevância com as questões de segurança foi sendo introduzido em todo o Grupo durante o ano de 2018, para os escritórios: Safety walks e para as obras: diálogos de segurança para ajudarem na diminuição dos acidentes de trabalho.

Em que consistem?

Os Diálogos Diários de Segurança são pequenas conversas que visam alertar o colaborador para as questões de segurança nas suas atividades diárias. Duram entre 5 a 15 minutos, sempre antes do início do dia de trabalho, sendo este tempo reservado para discussões e instruções básicas de assuntos ligados à prevenção de acidentes, estes diálogos não se aplicam tanto nos escritórios mas sim nas obras. Semanalmente são



reunidos todos os Engenheiros e Responsáveis de cada obra para saber o ponto de situação semanal e organizar o trabalho para a semana seguinte.

Estes diálogos têm como Objetivos:

- 1 - Partilhar conhecimentos e experiências sobre os temas da segurança;**
- 2 - Aumentar a perceção de riscos dos colaboradores;**
- 3 - Relembrar aos colaboradores os riscos envolvidos na atividade que será executada naquele dia e as medidas de proteção existentes;**
- 4 - Desenvolver a cultura de segurança;**



Para os escritórios foi proposto o desafio **Safety walks**:

Este desafio consiste em criar uma rotina de visita às instalações e locais de trabalho de cada colaborador pela Administração em parceria com o Engenheiro de Segurança do Trabalho promovendo os comportamentos e as atitudes seguras dos colaboradores nas suas tarefas diárias.



Estas iniciativas contribuem para a cultura de segurança, do lema: **“Building the Future”**.

Contudo, em 2018 foi iniciado um outro desafio no Grupo:

- **Comunidades da Intranet Natural Mineral Connect**

O que é?

Basicamente é uma Plataforma de consulta, discussão e partilha de questões relacionados com a Segurança e a Saúde. Nesta plataforma pode-se saber qual é a opinião de cada colaborador sobre, por exemplo, as perguntas abaixo:

O que é a Segurança?

Quais são os compromissos pessoais de cada um para esta área?

1.3.2 - Desenvolvimento pessoal

Os colaboradores são o bem mais valioso. O foco desde ano foi o desenvolvimento das suas competências. Esta aposta é estratégica e tem como objetivo elevar os seus níveis de desempenho de forma a gerar valor. Este é um contributo essencial para o desenvolvimento sustentável da Empresa.



Foi realizada uma formação onde o objetivo era capacitar a nossa equipe através do Design Thinking.



O Grupo agradece ao especialista Hugo Gonçalves por ajudar a desenvolver uma equipe de crescimento-mentalidade.



A realização da Feira Carrier na Universidade Técnica de Engenharia Civil de Bucareste foi uma excelente oportunidade para conhecer a nova geração de engenheiros e compartilhar a experiência com os jovens estudantes. Agradecimentos especiais à Prof. Ph. Eng. Madalina Stoian pelo envolvimento e pela organização de um evento.

1.3.3 – Diversidade e Inclusão

O Universo Mineral Natural valoriza a diversidade e promove um local de trabalho inclusivo, justo e que promove o respeito por todos os colaboradores. Promove-se a igualdade de oportunidades no recrutamento, emprego, promoção, desenvolvimento e compensação. Os colaboradores em todos os momentos são tratados com dignidade e respeito.

“Contem com a Empresa para uma total dedicação e disponibilidade”.

Administração, 2018

O capital humano traz valor, assim, o Universo Mineral Natural centra-se no desenvolvimento de competências, encorajando e estimulando um espírito de aprendizagem contínua dos trabalhadores. A criação de um ambiente de trabalho diversificado e abrangente dentro do Grupo tem sido uma aposta contínua. Neste percurso, orientamo-nos mediante os valores em que realmente acreditamos: inclusão e igualdade.

Nas empresas do Universo Mineral Natural, S.A. acredita-se que a riqueza pode ser obtida com o crescimento dos colaboradores e o caminho profissional diversificado, por isso investimos na mobilidade interna como estratégia de gestão empresarial e de talento.

Consciente da importância do capital humano para o sucesso dos negócios, o Universo Mineral Natural aposta no desenvolvimento pessoal e profissional. Cada momento de uma carreira é importante.

“Tem-se apostado no crescimento, em encontrar negócios que criem desafios e que contribuam para o crescimento enquanto líderes, enquanto profissionais. Procurado oferecer mais momentos de formação, e proporcionar ocasiões diferentes e que sejam valorizadas pessoal e profissionalmente.”

Administração, 2018

O Grupo procura criar um ambiente de trabalho onde as diferentes perspectivas são valorizadas e, no qual os nossos colaboradores se sintam confortáveis para desempenhar a sua atividade

profissional, diariamente, da melhor forma possível. Neste contexto, oferecemos aos colaboradores um horário de trabalho flexível, a possibilidade de trabalharem a tempo parcial e/ ou ajuda na procura de locais de acolhimento para os seus filhos, de forma a promover também um maior envolvimento das mulheres em cargos de gestão, por exemplo.

*“A empresa quer continuar a
faze-lo!”*



1.3.4 - Iniciativas de sensibilização ambiental

O bem-estar das comunidades envolventes às instalações são uma preocupação de longa data assumida pela empresa.

Lisboa é a Capital Verde Europeia para 2020 e o Universo Mineral Natural é uma das 200 entidades portuguesas comprometidas em reduzir o impacto humano sobre as mudanças climáticas.

O desafio de assumir um compromisso na área da sustentabilidade e combate às alterações climáticas tinha sido lançado à cidade, às empresas, organizações, associações, instituições, públicas e privadas. Neste momento, conta-se com 200 entidades comprometidas e com 2100 medidas.



1.3.5 - Iniciativas de envolvimento com a comunidade local

Para o ano de 2019 a empresa tem encontro marcado no Politécnico de Leiria, para mais uma Semana da Empregabilidade.



O Universo Mineral Natural reconhece a importância do acesso à água potável e contribui ativamente para a realização desta missão. Assim, fornece água potável diária e gratuita para mais de 250 famílias em Maputo e Nacala, Moçambique.



1.3.6 - Prémios

A empresa participa regularmente em conferências e seminários e coopera na realização de diversos estudos académicos e teses.

Dos contributos à comunidade destacam-se o apoio e financiamento anual a projetos da região, através da lei do mecenato, bem como o patrocínio a provas desportivas, festas locais e concertos. Tal como tem acontecido até hoje, pretende-se continuar a manter uma relação de proximidade com a comunidade local

Porque a empresa também gosta de ser reconhecida, durante o ano de 2018 foi premiada pela construção do Parque estacionamento Manuel Gouveia - EMEL Dezembro 2018.



E do Campo de Golfe e um Clubhouse excepcional na Praia D'El Rey – Óbidos.

1.3.7 - Parcerias

O Grupo Mineral Natural aposta na produção de carbonatos desde 2008, com a aquisição da empresa familiar Nascimento, S.A..

Este novo projeto do Grupo Mineral Natural tem por base uma forte estratégia de inovação e I&D de novos produtos de Carbonato.

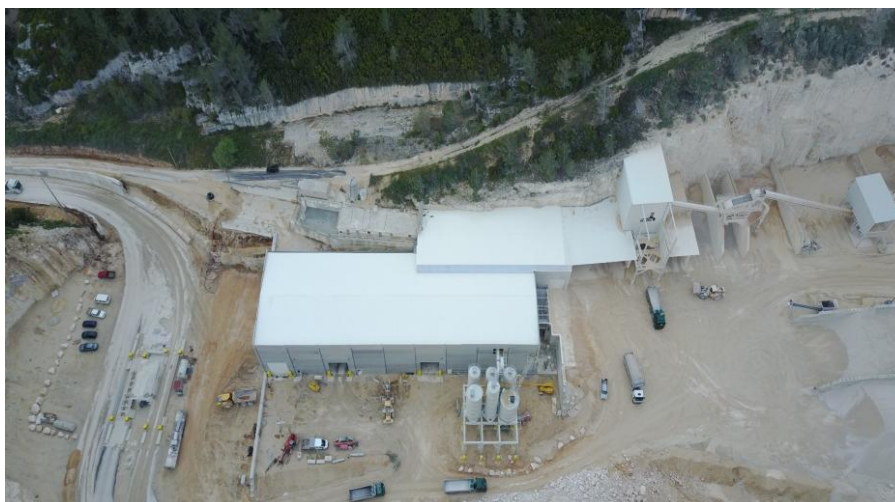
Apostar na economia circular dentro do Grupo Universo Mineral Natural, S.A. com o aproveitamento e rentabilização de um subproduto resultante da britagem de pedra e aproveitando das características ímpares da matéria-prima.

A nova fábrica, equipada com a mais recente tecnologia, visa penetrar em segmentos de mercado mais sofisticados e de maior valor acrescentado.

Em 2018 foi apresentado aos colaboradores do Grupo Mineral Natural o resultado da parceria com a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa no que respeita à utilização do carbonato de cálcio em produtos de cosmética e farmacêuticos.

Findo o processo produtivo da matéria-prima carbonato obtém-se um produto fino com granulometria inferior a 0,125mm. O carbonato de cálcio tem propriedades químicas que permitem a sua utilização na área cosmética.

O financiamento provém do FEDER que tem por objetivo fortalecer a coesão económica e social na União Europeia colmatando os desequilíbrios entre as regiões.



da matéria - prima do carbonato de cálcio e suas vantagens.

O Grupo pretende:

- Valorizar o produto, apostando em áreas que aportam maior valor acrescentado;
- Diversificar o risco do negócio, através da diversificação de áreas de atuação;
- Diversificar os mercados de atuação.

Segundo a tabela abaixo, pode-se observar as diversas áreas de aplicação

Área de Aplicação	Matéria-prima	Descrição
Nutrição Animal	Calcário - Vale Rodrigues (Brita 1;Bago de Arroz; Pó de Pedra)	Carbonato de Cálcio para a utilização na composição dos alimentos para animais.
Higiene Animal		Carbonato de Cálcio como desinfetante e secante para as instalações pecuárias.
Absorventes Industriais		Carbonato de Cálcio como absorvente para limpeza de óleos e neutralização de ácidos.
Corretivos Agrícolas	Calcário - Vale Rodrigues (Brita 1;Bago de Arroz)	Carbonato de Calcário como corretivo mineral alcalinizante agrícola para correção do pH do solo e fornecer calcário (Ca) para a nutrição das plantas.
	Calcário - Cano (Brita 1; Bago de Arroz)	
Materiais de Construção	Calcário - Cale Rodrigues (pedra sã do fundo da pedreira) (Brita 1; Bago de Arroz)	Filler para incorporação em betões, argamassas e misturas betuminosas.
Cosméticos e Farmácia		Carbonato de Cálcio para utilização na composição de produtos cosméticos e fármacos.

**Que este Relatório de Sustentabilidade seja um incentivo para
que esta empresa se torne cada vez mais sustentável.**



“Building the Future”

CONCLUSÃO

A sustentabilidade empresarial está a tornar-se um “requisito obrigatório” que as organizações devem adotar para a sua continuidade e sobrevivência. Introduzir o conceito de desenvolvimento sustentável nas organizações está a ser um desafio para as entidades patronais. Este desafio proporciona às empresas criar novas oportunidades e controlar os riscos para a continuidade do negócio, tendo presente a harmonização de três dimensões: ambiental, social e económica.

Desde a publicação do Relatório de Brundtland em 1987 e da crescente transformação e relevância do conceito de sustentabilidade, que se verifica nas organizações uma crescente preocupação e aplicação de diferentes práticas com vista ao desempenho social dos mercados.

Um dos meios adotados pelas organizações para divulgar este conjunto de informação é através da publicação dos Relatórios de Sustentabilidade. No mundo dos negócios, o relatório é cada vez mais importante para reduzir a assimetria de informações entre a empresa e as partes interessadas (Cheng, Ioannou, & Serafeim, 2012)

Segundo a norma GRI, o presente projeto foi realizado com base nos três indicadores: económicos, sociais e ambientais.

A realização, do mesmo foi um desafio a que a mestranda se propôs. A empresa tem interesse nesta realização, pois assim demonstra ser mais transparente.

Durante as pesquisas, concluímos que as empresas, dia após dia, se preocupam mais com o meio ambiente, e como podem contribuir para a sua “saúde” e do planeta. Encontramos vários e diversos Relatórios de Sustentabilidade, e na opinião da mestranda um pouco confuso. Por isso, nesta primeira proposta de Relatório de Sustentabilidade adaptado ao Grupo Universo Mineral Natural, S.A., tentamos focar-nos no mais importante, e realizar um relatório objetivo e fidedigno.

É de realçar que a elaboração de relatórios de sustentabilidade é um processo importante, que termina numa publicação impressa ou online. As organizações devem inteirar este processo na definição da estratégia organizacional, de implementação de planos de ação e de análise de resultados. As empresas devem atualizar o conteúdo do

relatório de sustentabilidade de forma regular e contínua, fornecendo às partes interessadas um acesso à informação sempre atualizado.

De futuro, esperamos que a empresa melhore o que está iniciado e lhe dê uma continuação. Visto que o grupo é uma Sociedade Anónima, seria interessante implementar mais tarde uma verificação independente, ou seja, verificação externa, do Relatório de Sustentabilidade por parte dos Revisores Oficiais de Contas do Grupo, confirmando assim a fiabilidade do relatório isentando-o de distorções materialmente relevantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, F. (2010). *Ética, Valores Humanos e Responsabilidade Social das Empresas*. Cascais: Principia Editora.

Annan, G. K. (2001). Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

APA. (2006). *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável ENDS 2015*, Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente.

APA. (2007). *Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – SIDS PORTUGAL*.

AR. (1987). Decreto Lei Lei n.º 11/87, de 7 de Abril. In *Diário da República* (Vol. 81, Issues 1.ª Série-A, pp. 1386–1397). Acedido a 07 de junho de 2020, disponível em: <https://dre.pt/application/file/666247>

Ávila, L., & Morcelli, A. (2016). *Responsabilidade Social*. Acedido em 02 de abril de 2020, disponível em: http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos_cooperativismo/sexta_etapa/arte_responsabilidade_social.pdf

Barbosa, A., & Jereissati, T. (2017). *Panorama setorial da Internet: 17 objetivos para transformar nosso mundo: Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU. Panorama Setorial Da Internet*.

BCSD (2005). *A Era da Responsabilidade Social Empresarial: Um guia para adoção de melhores práticas*.

BCSD Portugal (2006). *Rumo ao Sucesso – Marketing e Desenvolvimento Sustentável*. Lisboa: BCSD Portugal.

BCSD Portugal (2008). *Novas Tendências – Não há futuro que não o sustentável*. Lisboa: BCSD Portugal.

Botelho, A. (2019). *Responsabilidade Social nas Empresas e Exigências de Relato ao Nível da Sustentabilidade*. Instituto Politécnico de Coimbra Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

Bragança, L., Mateus, R., & Mendes, I. M. H. de G. (2011). *Construção Sustentável: o novo paradigma do mercado da construção*.

Capricho, L., & Lopes, A. (2007). *Manual de Gestão de Qualidade*. Lisboa: Editora RH. ISBN: 9789728871130.

Carroll (1991). “The Pyramid of Corporate Social Responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders”, *Business Horizons*.

Carroll (1999). “Corporate Social Responsibility, Evolution of a Definitional Construct” *BUSINESS & SOCIETY*, Vol. 38 No. 3.

Cetic (2017). *Agenda 2030- Panorama setorial da Internet - 17 objetivos para transformar nosso mundo: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU*. Acedido em 02 de abril de 2020, disponível em: http://cetic.br/media/docs/publicacoes/1/Panorama_Setorial_12.pdf

Cheng, B.; Ioannou, I. & Serafeim, G. (2012), “Corporate Social Responsibility and Access to Finance Strategic”, *Management Journal*, Forthcoming. Acedido em 02 de maio de 2020, disponível em: <https://dash.harvard.edu/handle/1/9887635>.

Comissão Europeia (2001). *Livro Verde: Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. Bruxelas. Acedido a 02 de abril de 2020, disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/images/ods_2edicao_web_pages.pdf

Construção, C., & Indicadores, P. (2019). *Ano de 2019 começa de forma positiva para o setor da Construção*.

Daub, C. (2007), “Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach”, *Journal of Cleaner Production*, v. 15, pp.75-85.

Faria, M. (2015). *Responsabilidade Social Empresarial: relato e análise económica e financeira*. Vida Económica Editorial SA.

Farinha, F., Rocheta, V. (2007). “Práticas de projeto e construtivas para a construção sustentável”. Congresso Construção, FCTUC, Coimbra.

Friend, G. (2009). *O Segredo das Empresas Sustentáveis - A Vantagem das Estratégias "Verdes"*. Vila Nova de Famalicão: Centro Atlântico.

Global Compact (2018). *The world's largest corporate sustainability initiative*. Acedido em 02 de abril de 2020, disponível em: <https://www.unglobalcompact.org/what-is-gc>

GovPT. (2007). *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável_ENDS 2015*. 147. Acedido a 7 de junho de 2020, disponível em: http://www.rcc.gov.pt/SiteCollectionDocuments/ENDS-PIENDS_2015.pdf

GRI. (2000-2006). Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade, *Versão Portuguesa*.

INE. (2001). Recenseamento Geral da Habitação – Instituto Nacional de Estatística.

Kibert, Charles J., Jan Sendzimir, & G. Bradley Guy, Eds., (2002) *Construction Ecology: Nature as the Basis for Green Buildings*, Spon Press, New York.

Limão, A. C. (2007). *Seleção e avaliação de soluções sustentáveis na construção - Identificação segundo o LiderA e análise de custos e benefícios*.

Lusa. (2019). Portugal é o 26.º país mais sustentável do mundo. Acedido em 01-06-2020, disponível em <https://www.dn.pt/pais/onu-diz-que-portugal-e-um-dos-30-paises-mais-sustentaveis-do-mundo-11291624.html>

Mateus, R. (2009). Avaliação da Sustentabilidade da construção: Propostas para o desenvolvimento de edifícios mais sustentáveis. Tese de Doutoramento, Departamento de Engenharia Civil, Universidade do Minho. Guimarães.

Meadows, D. H., Randers, J., Meadows, D. L., & Behrens, W. W. (1972). *The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind*.

Ministério das Finanças (2017). Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho. Diário da República n.º 145/2017, Série I, 4267-4271.

Ministério dos Negócios Estrangeiros (2017). Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável – Portugal. Acedido em 14 de

abril de 2020, disponível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/Portugal2017.pdf>

Morsing, M., & Schultz, M. (2006) Corporate Social Responsibility Communication: Stakeholder Information, Response and Involvement Strategies. *Business Ethics: A European Review* 15 (4), pp.323–38.

Nacional, P., & Econ, D. (2006). *Reflexão Preliminar do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável sobre o documento preparatório “ Plano Nacional do Desenvolvimento Económico e Social Ministério do Equipamento e da Administração do Território - Secretaria do Estado d.* 109–115. Acedido a 07 de junho de 2020, disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/78796>

Nações Unidas (2015). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2015*. Acedido em 02 de abril de 2020, disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf

Norman, W., & MacDonald, C. (2004). Getting to the Bottom of Triple Bottom Line. *Business Ethics Quarterly*. 2 (14), 243-262.

Pirages, D. (1994). Sustainability as an Evolving Process.

Rodrigues, J., & Duarte, M. (2012). *Responsabilidade Social e Ambiental das Empresas*. Lisboa: Escolar Editora. ISBN 9789725923368.

Rogers, P., Jalal, K., & Boyd, J. (2008). An Introduction to Sustainable Development. Estados Unidos da América: Earthscan. ISBN 9781844075206.

Santos, S. & Dias, R. (2008). *Sustentabilidade, Competitividade e Equidade Ambiental e Social*. Edições Almedina.

Santos, S., Limão, A., Barbosa, P. & Cachaço, B. (2008) Sustentabilidade Para Principiantes. *Sutentare*, pp.1–24.

Santos, W., & Baptista, J. (2016). Investimento Das Pequenas Empresas no Triple Bottom Line. *Revista Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia*.

Teodoro, N. F. G. (2011). *Contribuição para a Sustentabilidade na Construção Civil : Reciclagem e Reutilização de Materiais*. 1–78. Acedido em maio de 2020, disponível em: <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395143118002/dissertacao.pdf>

Todaro, M., & Smith, S. (2003). *Economic Development* (8ª ed.). United Kingdom: Pearson Education Limited.

United Nations World Commission on Environment and Development (1987). *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. Oxford University Press. Acedido em 13 de abril de 2020, disponível em <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>

UNRIC. (2016). *Guia sobre Desenvolvimento Sustentável - 17 Objetivos para Transformar o nosso Mundo*.

Vanegas, J. a, Dubose, J. R., & Pearce, A. R. (1995). Sustainable Technologies for the Building Construction Industry. *Proc. Symp. on Design for the Global Environment*.

Vieira, J. (2015). Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. *Ingenium* N. 3

APÊNDICE

Tabela GRI

Norma	Perfil Organizacional	Informação disponível na página
GRI 102: Conteúdos Gerais	102-1 Nome da organização	
	Universo Mineral Natural, S.A.	45
	102-2 Atividades, marcas, produtos e serviços	
	1.0.3 – Áreas de Negócios	50 a 51
	102-3 Localização da sede	
	Portugal	
	102-4 Localização das operações	
	1.0.3 – Áreas de Negócios	52
	102-5 Tipo e natureza jurídica da propriedade	
	O Universo Mineral Natural, S.A. é um Grupo empresarial que assenta a sua atividade na construção civil, produção e comercialização de betão pronto, agregados e indústria extrativa.	
	102-6 Mercados servidos	
	1.0.3 – Áreas de Negócios	52
	102-7 Dimensão da organização	
	1.0.4 - Desempenho económico	52 a 54
	102-8 Informação sobre Colaboradores	
	1.3.3 - Diversidade e Inclusão	72 a 73
	102-9 Cadeia de fornecedores	
	O Grupo Mineral Natural, S.A. adquire diversos tipos de produtos e serviços nomeadamente componentes (adjuvantes e materiais de embalagens), bem como consumíveis básicos inerentes aos seus processos (combustível, eletricidade e serviços gerais)	
	102-10 Alterações significativas na organização ou na sua cadeia de fornecedores	
	Não Aplicável.	
	102-11 Abordagem ao princípio da precaução	
	1.1.2 - Gestão e perceção da sustentabilidade	56-58

102-12 Iniciativas externas	
1.3.4 - Iniciativas de sensibilização ambiental	74
1.3.5 - Iniciativas de envolvimento com a comunidade local	74
1.3.6 - Prémios	75
1.3.7 - Parcerias	76 a 77
102-14 Declaração da Administração	
Não Aplicável.	
102-15 Principais impactes, riscos e oportunidades	
1.1.2 - Gestão e perceção da sustentabilidade; 1.1.4 - Desafios de uma economia circular	55 a 62 / 63
102-16 Valores, princípios, padrões e normas de conduta	
1.1.1- A Nossa Filosofia	54 a 55
102-50 Período coberto pelo relatório	
1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018	
102-54 Declaração de conformidade com as Normas GRI	
0.1.0 - Perfil do Relatório	45
102-55 Índice GRI	
A presente tabela	
102-56 Verificação externa	
O relatório não foi verificado	